



**DEPARTAMENTO DE ENSINO E INVESTIGAÇÃO EM HISTÓRIA  
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

**LAURIANO LUKAMBA TAKUMULA**

**PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE UM CENTRO DE FORMAÇÃO DA  
LÍNGUA UMBUNDU NO MUNICÍPIO DA CAÁLA.**

**LAURIANO LUKAMBA TAKUMULA**

**PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE UM CENTRO DE FORMAÇÃO DA  
LÍNGUA UMBUNDU NO MUNICÍPIO DA CAÁLA.**

Monografia apresentada no curso de História, do Instituto Superior Politécnico da Caála como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciatura.

**Orientador:** Maradona E. S. Gonçalves, Lic.

**CAALA/2023**

Dedico este trabalho aos meus pais, Domingos Takumula e Rosa Katchiwa, a minha esposa Elisa Ana Vongula, aos meus filhos: Paulina Vongula Takumula, António Vongula Takumula, Melita Vongula Takumula, Julieta Vongula Takumula, Armando Vongula Takumula, Judith De Fátima Takumula, Helena De Fátima Takumula, Angelina Futuka Takumula que mesmo com tantas dificuldades responderam sempre presente em atender as questões escolares.

## AGREDECIMENTOS

Os meus agradecimentos primeiramente a Deus Pai todo poderoso que aceitou concretizar aquilo que foi um sonho, pelo bem mais precioso de todos nós que é a vida e por me conceder as forças de caminhar e continuar a viver.

Aos meus pais: Sr. Domingos Takumula e Sra. Rosa Katchiwa pelos esforço e apoio na minha educação.

Aos meus Irmãos: Luciano André Reis e Paulo Domingos Takumula, aos colegas, A minha mulher Elisa Ana Vongula e filhos, aos amigos Júlia De Fátima Zeca, Fáusta Tcheya Futuka, Laurinda Ngueve Tchiwano, pela convivência durante o percurso académico, Ao Instituto Superior Politécnico Caála, ao colectivo de todos funcionários desta instituição que tudo fez para a concretização da minha missão, que é adquirir novos conhecimentos de nível superior para atingir o grau de licenciatura em ensino de História.

Agradecer também aos meus professores do curso de **História: Prof.** António Mota, **Prof.** Anacleto Rodrigues Muecália, **Prof.** Anison Ernesto, **Prof.** Agostinho Tchivela, **Prof.** Alziro Catito, **Prof.** Atanagildo Paulo, **Prof.** Daniel Katongõle, **Prof.** Dinis Pesela, **Prof.** Domingos Yfula, **Prof.** Edson Alberto, **Prof.** Eduardo Tchipindo, **Prof.** Elias Colo, **Prof.** Eulária Wongo, **Prof.** Filipe Kambambe, **Prof.** Frederico Kapuka, **Prof.** Felicidade Humba, **Prof.** Ismael Capiqui, **Prof.** João Sikato, **Prof.** Januário Pacheco, **Prof.** Juliana Helende, **Prof.** Maradona E.S. Gonsalves, **Prof.** Mário Vasco, **Prof.** Marcolino Silva, **Prof.** Paulo Jamba, **Prof.** Samuel Kambolo, **Prof.** Venceslau Kasese pelo esforço feito na moldagem do novo eu e pelos conhecimentos científicos e não só, transmitidos durante os 4 anos da minha formação académica.

Conquistas sem riscos são sonhos sem méritos.  
Ninguém é digno dos sonhos se não usar suas  
derrotas para cultivá-los.

**Augusto Cury**

## RESUMO

O presente trabalho propõe desenhar um retrato da situação linguística do Município da Caála, mais concretamente visa apurar o uso da língua umbundu, enquanto língua materna e/ou língua segunda. Além de se debruçar sobre as informações históricas relacionadas com o contacto linguístico entre o português e a língua umbundu, este estudo apresenta a situação linguística existente aquando da realização do Recenseamento Geral da População e da Habitação de Angola (2014). Do ponto de vista dos procedimentos e técnicas utilizadas, este trabalho enquadra-se numa pesquisa bibliográfica que permitiu a recolha diversificada de informações, para a construção da fundamentação teórica. Para o enfoque da pesquisa exploratória foi realizado um inquérito a pais e encarregados de educação, a professores do ensino primário e do primeiro ciclo do ensino secundário e a estudantes de uma instituição de ensino superior, com o intuito de averiguar a presença da língua umbundu na sua comunicação diária. A aplicação do inquérito permitirá determinar a percentagem de falantes que têm o umbundu e o português como língua materna (LM ou L1) e aqueles que a têm como segunda língua (L2). Daremos, ainda, destaque aos fatores que fragilizam o umbundu enquanto língua de comunicação entre os habitantes do Do Município da Caála, tentando apontar caminhos que contrariem esta tendência.

**Palavras-chave:** língua umbundu; língua materna (LM ou L1); língua segunda (L2)

## ABSTRACT

The present work proposes to draw a portrait of the linguistic situation of the Municipality of Caála, more specifically, it aims to investigate the use of the Umbundu language, as mother tongues and/or second languages. In addition to focusing on historical information related to the linguistic contact between Portuguese and the Umbundu language, this study presents the existing linguistic situation at the time of carrying out the General Population and Housing Census of Angola (2014). From the point of view of the procedures and techniques used, this work is a bibliographical framework that allowed the diversified collection of information, for the construction of the theoretical foundation. For the focus of the exploratory research, a survey was carried out among parents and guardians, primary and secondary school teachers and students of a higher education institution, with the aim of investigating the presence of the Umbundu language in your daily communication. The application of the survey will determine the percentage of speakers who have Umbundu and Portuguese as their mother tongue (LM or L1) and those who have it as a second language (L2). We will also highlight the factors that weaken Umbundu as a language of communication between the inhabitants of the Municipality of Caála, trying to point out ways that contradict this trend.

**Keywords:** Creation of a center; umbundu language; mother tongue (LM or L1); second language (L2)

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
1.1 JUSTIFICATIVA .....	10
1.2 PROBLEMA CIENTÍFICO .....	11
1.3 OBJETIVOS .....	11
1.3.1 Objetivo geral: .....	11
1.3.2 Objetivos Específicos: .....	11
1.4 HIPÓTESE .....	11
1.5 CONTRIBUTO DO TRABALHO .....	12
1.6 IMPORTÂNCIA PRÁTICA .....	12
1.7 IMPORTÂNCIA TEÓRICA .....	12
1.8 ESTRUTURA DO TRABALHO .....	13
1.9 DELIMITAÇÃO DO TEMA .....	13
<b>2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....</b>	<b>14</b>
2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO .....	14
2.2 CARACTERIZAÇÃO FÍSICA E DEMOGRÁFICA DA ÁREA DE ESTUDO ORIGEM E LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA .....	15
2.3 HISTÓRIA .....	15
2.4 ECONOMIA .....	16
2.5 INFRAESTRUTURA .....	16
2.6 SITUAÇÃO SOCIOLINGUÍSTICA .....	16
2.7 LÍNGUAS BANTU E NÃO-BANTU EM ANGOLA .....	18
2.8 OS OVIMBUNDU EM ANGOLA .....	19
2.9 ALGUNS COSTUMES DOS OVIMBUNDU .....	20
2.10 ORIGEM DO TERMO OVIMBUNDU E A SUA LÍNGUA .....	25
2.11 ESTATUTO DA LÍNGUA PORTUGUESA NO PERÍODO COLONIAL .....	26
2.12 CONTRIBUTO DAS MISSÕES EVANGÉLICAS NO ENSINO DO PORTUGUÊS E DO UMBUNDU .....	29
2.13 CARACTERÍSTICAS DA LÍNGUA UMBUNDU .....	30
2.14 O PORTUGUÊS NA REGIÃO CENTRO-SUL .....	33
2.15 O GRUPO OVIMBUNDO .....	34
2.16 ORIGEM DOS OVIMBUNDU .....	35

2.17	POLÍTICAS LINGUÍSTICAS EDUCACIONAIS EM ANGOLA E O CONTEXTO DO MUNICÍPIO DA CAÁLA.....	37
2.18	CONTACTO DO PORTUGUÊS COM AS LÍNGUAS BANTU DE ANGOLA .....	39
2.19	OS FALANTES DO PORTUGUÊS.....	43
2.20	LEXICOLOGIA E LEXICOGRAFIA .....	43
2.21	LÉXICO E VOCABULÁRIO .....	46
2.22	VARIANTES DA LÍNGUA UMBUNDU .....	48
<b>3.</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>50</b>
3.1	METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO.....	50
3.2	MODELO DE INVESTIGAÇÃO.....	50
3.3	TIPO DE INVESTIGAÇÃO.....	50
3.4	TRATAMENTO DE DADOS .....	51
<b>4.</b>	<b>ANÁLISE DOS RESULTADOS.....</b>	<b>52</b>
<b>5.</b>	<b>PROPOSTA DE SOLUÇÃO.....</b>	<b>57</b>
<b>6.</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>58</b>
	<b>REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>59</b>
	<b>APÉNDICE - INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO.....</b>	<b>60</b>

## **1. INTRODUÇÃO**

Após quatro anos de batalha, sacrifício, obstáculos e sub saltos no percurso académico curricular no curso de ensino de História no Instituto Superior Politécnico da Caála, urge a necessidade de atingir a parte final, que visa a elaboração de um trabalho de pesquisa para obtenção do grau de licenciatura. Assim sendo, a elaboração desta manografia marca o primeiro passo de uma pesquisa científica de carácter exploratório descritivo com o propósito de indagar a história da língua umbundu, língua esta falada pelos grupos etnolinguísticos. Ovimbundu de estrato Bantu localizados maioritariamente na região centro de Angola nomeadamente nas províncias do Bié Huambo Kwanza Sul Benguela e não só.

Angola, assim como a maioria dos países da África subsariana, é um agrupamento de nações onde existem diversas etnias geradoras de uma convivência plurilinguística. Apesar disso, por razões de ordem histórica associadas a um longo período de dominação colonial, a maioria dos países africanos usa uma única língua como oficial de origem europeia. É o caso de quase todos os PALOPs: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe. 3 Revista Cooperada entre a Associação Multidisciplinar de Investigação Científica (AMIC) e a Universidade Rainha Njinga a Mbande (URNM).

Foi por meio da força que as potências coloniais ocuparam o vasto território angolano e, agruparam os vários grupos etnolinguísticos dando origem às novas constituições territoriais em relação ao período pré-colonial. Em Angola, os portugueses, incentivados pelas conclusões saídas da conferência de Berlim, na qual os países imperialistas decidiram partilhar entre si os territórios da África, ocuparam os territórios que entendiam ser seus de pleno direito, pelos contactos seculares anteriormente estabelecidos, combatendo os povos encontrados e procurando destruir as suas estruturas socioeconómicas e políticas (COELHO, 2015, p.2).

### **1.1 Justificativa**

A preservação e promoção das línguas minoritárias são importantes para manter a diversidade cultural e a coesão social. O preconceito linguístico contra o Umbundu tem levado ao abandono dessa língua em favor de outras línguas de maior prestígio, resultando em perdas culturais significativas. É essencial, criar um Centro de Formação da Língua Umbundu no Município da Caála para combater esse preconceito, preservar a língua e fortalecer a identidade cultural da comunidade local.

## **1.2 Problema Científico**

A língua Umbundu é uma língua bantu falada por um grande número de pessoas na região central de Angola, incluindo o Município da Caála. No entanto, devido ao preconceito linguístico e à falta de investimento no seu ensino e preservação, o Umbundu enfrenta o risco de marginalização e perda de sua vitalidade. torna-se ainda mais preocupante, uma vez que a língua desempenha um papel fundamental na identidade cultural e no patrimônio histórico da comunidade local.

## **1.3 Objetivos**

### **1.3.1 Objetivo geral:**

Propor a criação de um Centro de Formação da Língua Umbundu no Município da Caála.

Objetivos Específicos:

1. Desenvolver programas de ensino da língua Umbundu, adaptados às diferentes faixas etárias e níveis de proficiência;
2. Oferecer cursos, workshops e atividades culturais relacionadas à língua Umbundu, incentivando a participação ativa da comunidade local;
3. Promover a pesquisa acadêmica sobre o Umbundu, contribuindo para a produção de conhecimento científico e o fortalecimento da língua;
4. Estabelecer parcerias com instituições locais e regionais para ampliar o alcance do Centro de Formação e promover a divulgação do Umbundu;

## **1.4 Hipótese**

A criação de um Centro de Formação da Língua Umbundu no Município da Caála contribuirá para combater o preconceito linguístico, promover a valorização do Umbundu e fortalecer a identidade cultural da comunidade local.

## **1.5 Contributo do Trabalho**

Proposta de criação de um centro de formação da língua umbundu no município da caála para contrapor o preconceito linguístico é o tema escolhido. Esta pesquisa visa elaborar um texto de apoio que possa contribuir de forma satisfatória no desenvolvimento da língua Umbundu na História de Angola em geral e que sirva de consulta para os estudantes do IIº Ciclo do ensino secundário, para os estudantes universitários do curso de história, linguística antropologia, sociologia ou pessoas individuais que queiram saber mais sobre a história da língua umbundu na província do Huambo Município da Caála em particular. Do ponto de vista prático o presente trabalho oferece uma proposta de criação de um centro de formação da língua umbundu no município da caála para contrapor o preconceito linguístico.

Este trabalho pretende contribuir para a institucionalização de políticas educacionais na Província do Huambo Município da Caála que valorizem as línguas nacionais e, assim, fomentem processos de aprendizagem que sejam coerentes com o multilinguismo angolano.

## **1.6 Importância Prática**

A criação do Centro de Formação da Língua Umbundu no Município da Caála terá diversas implicações práticas positivas. Primeiramente, o ensino e a valorização do Umbundu ajudarão a preservar a identidade cultural da comunidade local, fortalecendo o senso de pertencimento e a autoestima das pessoas que falam a língua. Além disso, promoverá a inclusão social, pois muitos falantes do Umbundu podem enfrentar discriminação e marginalização devido ao preconceito linguístico. O centro também proporcionará oportunidades econômicas, à medida que a promoção da língua pode abrir portas para o turismo cultural e para o comércio local.

## **1.7 Importância Teórica**

A criação do Centro de Formação da Língua Umbundu também terá relevância teórica significativa. Ao promover a pesquisa acadêmica sobre o Umbundu, o centro poderá contribuir para o conhecimento científico sobre linguística, cultura e identidade étnica. Além disso, a experiência de estabelecer um centro dedicado ao ensino de uma língua minoritária pode fornecer insights sobre estratégias eficazes para a preservação de outras línguas em situações similares ao redor do mundo.

## **1.8 Estrutura do Trabalho**

O presente trabalho de fim do curso está estruturado, por uma introdução, dois capítulos, conclusões, recomendações, bibliografia e anexos. O primeiro capítulo trata da fundamentação teórica sobre a língua nacional Umbundo testemunhado por várias obras de diversos autores. O segundo capítulo faz uma análise e valorização dos resultados obtidos na pesquisa e a proposta elaborada.

## **1.9 Delimitação do Tema**

A proposta concentra-se na criação de um Centro de Formação da Língua Umbundu no Município da Caála, com o objetivo específico de contrapor o preconceito linguístico e promover a preservação e valorização do Umbundu dentro da comunidade local.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 Contextualização

Qualquer língua tem uma função primordial numa dada sociedade, constituindo a comunicação privilegiada pela qual o indivíduo expressa ideias, pensamentos, enfim, tudo o que lhe vai na alma. Com o decorrer do tempo, essa expressividade ganha conotações várias, em consequência do meio e da realidade circundante em que esse indivíduo vive.

Queremos então sublinhar que desde os primeiros contactos linguísticos entre os portugueses e os nativos (1482) até à actualidade, o Português sofreu transformações a vários níveis. Esse é um fenómeno normal, nas línguas vivas, que deve encorajar os investigadores, no sentido de “acompanhar” e aprofundar mais a questão, de forma a encontrar os benefícios dessas transformações, pois a língua, como já referimos, reflecte, antes de tudo, a realidade cultural de um povo.

De facto, a realidade e as culturas angolanas, são muito próprias e diferentes da realidade e cultura do país anfitrião de que a língua padrão é originária. Daí a crescente angolanização do Português, como reflexo da nossa especificidade, sendo concreta e palpável a vários níveis linguísticos; ela vai desde o léxico, propriamente dito, passando pela fonologia, morfossintaxe, até à semântica.

Seríamos muito ambiciosas se tratássemos de todos esses campos. Assim, a nossa escolha limitou-se ao campo do léxico, especificamente na área daquilo que passámos a chamar de “Umbundismos” presentes no Português que, hoje, se fala em Angola, sobretudo na zona Centro-sul; tal léxico tem origem na língua Umbundu.

Foram longos anos de convivência entre o Português e as línguas nacionais. Esse contacto ocasionou interferências a nível do léxico e também a nível fonético, pois o autóctone não consegue pronunciar certas palavras da língua portuguesa com a mesma espontaneidade de um nativo português.

Assim, em relação ao intercâmbio lexical das línguas em contacto, Beatriz Mendes (1985, p. 61) afirma que:

“quando duas línguas estão em contacto tem de haver também, inevitavelmente, por interinfluência, mudanças numa e noutra.”

## **2.2 Caracterização física e demográfica da área de estudo Origem e localização geográfica**

Caála é uma cidade e município da província do Huambo, em Angola.

Tem 3 680 km<sup>2</sup> e cerca de 373 mil habitantes. O município da Caála localiza-se na parte central da província do Huambo tendo como limites a norte o municípios da E Cunha, a leste o município de Huambo, a sul o município de Chipindo, e a oeste os municípios de Longonjo e Caconda.

O município é constituído pela comuna-sede, correspondente à cidade de Caála, e pelas comunas de Cuíma, Calenga e Catata.

Forma com a cidade do Huambo e com a cidade de E Cunha uma grande área conurbada, a virtual Região Metropolitana do Huambo.

## **2.3 História**

Antes da formação do reino do Huambo, um dos grandes Estados ovimbundos, Caála era uma área de culto sob domínio do clã Nganda, no século XV, centrada na chamada Pedra Caué. Os ovimbundos da província do Huambo formaram-se pela fusão dos Nganda com dois clãs nômades vindo do Cuanza Sul, mais especificamente da região de Cela. Os clãs de Cela eram liderados por Wambu Kalunga e Sunguandumbu, que entraram em acordo com os Nganda para também se estabelecerem naquele local, a que deram o nome de Nganda-ya-Kawe, que também é grafado como Ganda-a-Caué ou Ganda de Caué. Estava assim formada a localidade de Caála, nas cercanias de 1650, que foi elevada a ombala (cidade-capital) do reino do Humabo. O reino teve como primeiro rei justamente a Wambu Kalunga.

Com o tempo o nome La-Kawhé ou Caué foi sendo modificado e adaptado até tornar-se o termo Caála, já no século XIX. Neste período, já era um próspero centro de comércio entre os ovimbundos e os portugueses, que se fixaram no litoral.[3]

Caála permaneceu como ombala do reino do Huambo até o século XIX, quando intensas guerras na zona planáltica a devastou, fazendo com que a capital dos huambinos fosse transferida para Huambo-Cabral Moncada (atual Lépi).

Após alguns anos destruída e abandonada, o desenvolvimento de Caála retomou-se com a chegada do Caminho de Ferro de Benguela, em 1912. Pertenceu, até 1922, à circunscrição do Huambo. Entre 1922 e 1934 pertenceu à circunscrição do Lépi, quando esta foi transferida para a Caála. Em 1956 foi elevada a concelho.

Entre 1912 e 1970 designou-se Vila Robert Williams, em homenagem ao magnata britânico Robert Williams que impulsionou a construção do Caminho de Ferro de Benguela.

Em 15 de julho de 1970 passou à categoria de cidade e município, passando a designar-se Caála.

Em 2002, no fim da guerra civil angolana, Caála albergou um centro de ajuda humanitária dos Médicos Sem Fronteiras.

## **2.4 Economia**

A Caála é um dos destaques nacionais na produção de trigo e massango. Os rios que cortam o território municipal são fontes de pesca segura e fazem movimentar uma importante economia popular, principalmente ao sul do município, onde há o lago da Central Hidroelétrica do Gove.

## **2.5 Infraestrutura**

Caála é um dos grande entrocamentos logísticos da nação, na medida em que conecta as importantes rodovias EC-343 (Caála-Ecunha) EN-120 (Huambo-Caála-Cuíma) e EN-260 (Caála-Calenga), servindo de conexão destas com o Caminho de Ferro de Benguela. A Estação Ferroviária Robert Williams está localizada nesta cidade.

Ao sul do território municipal há o represamento das águas do rio Cunene para formar a Central Hidroelétrica do Gove, com a usina geradora instalada numa vila (Gove) do município da Caála.

## **2.6 Situação Sociolinguística**

Angola, com mais de vinte e quatro milhões de habitantes, segundo as estatísticas, saídas do Censo Populacional de Maio de 2014, dados a serem confirmados oficialmente, em fins de 2015, é um país plurilingue, pois, de uma forma geral, um angolano pode possuir uma competência linguística de uma ou mais línguas locais, chegando a usá-las como um dos

instrumentos de comunicação. Nesse contexto, também se pode falar da existência do multilinguismo, porque, no contexto social, existem várias línguas a interagirem entre si.

Em Angola, existem línguas pertencentes à família linguística bantu e outras à família não-bantu. Logo a seguir à independência, em 1975, já num regime político novo, a Língua Portuguesa continuou a ser língua oficial, língua de estado e de ensino. Na actualidade, perante um verdadeiro mosaico linguístico, o Português constitui a única língua de comunicação entre todos os angolanos, visto que cada um dos falantes possui, provavelmente, a sua língua materna e pode dominar a língua local (da região em que vive) e ainda a língua oficial (o Português). (AMÉLIA MINGAS (2000, p.32)

Dentro do referido mosaico, a Língua Umbundu é falada na região/ província do Centro-sul do país (Bié, Huambo, Benguela e uma parte da Huíla), exceptuando assim o Kunene, Namibe, Kuando-Kubango e uma outra parte da Huíla, embora hoje já se encontrem comunidades linguísticas umbundu por todo o lado do país.

De referir que todas as línguas nacionais de Angola, são estruturalmente diferentes, embora pertencendo a duas famílias linguísticas (a família das línguas bantu e a das não- bantu. (TERESA COSTA 2013, P.18).

### MAPA ETNOLINGUÍSTICO DE ANGOLA



## 2.7 Línguas bantu e não-bantu em Angola

Segundo a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos de 1996, publicada em Barcelona, no artigo 41, todas as comunidades linguísticas têm o direito de utilizar a sua língua, mantendo-a e promovendo-a em todas as formas de expressão cultural.

Retomando esta declaração e citando Zavoni Ntondo e João Fernandes (2002, p.18)

Em Angola, “As línguas não Bantu e Bantu, consideradas nacionais, não gozam de nenhum estatuto definido, servindo somente de línguas de comunicação a micro-nível, ... entre os membros de um mesmo grupo etnolinguístico...”.

ao classificar as línguas bantu significa classificar as diferentes etnias bantu, pois estas são designadas pelo mesmo termo, que serve para designar os seus falantes.

Assim, podemos afirmar que as línguas nacionais e a sua promoção em todas as formas de expressão cultural, não se aplicam a todos os níveis, mas apenas à comunicação entre os membros de um mesmo grupo etnolinguístico. (TEOPHILE OBENGA CF. 1977, p. 376)

As línguas bantu, no país, são: Ambundu, Bakongo, Ovimbundu, Tucokwe, Vangangela, Ovanyaneka-nkhumbi, Ovahelero, Ovambo; as não-bantu são: Khoisan e Vátwa. É de referir que cada um destes grupos possui variantes.

As línguas não-bantu são originárias de África e têm características diferentes das línguas bantu. Assim, as línguas bantu são oriundas de África subequatorial. Chicuna (CF. 2009: 11) E POR (ALTUNA 2006, P. 23)

o termo bantu, “...aplica-se a uma civilização que conserva a sua unidade e foi desenvolvida por povos de raça negra...”

Por sua vez significa pessoa/as, vindo do lexema muntu (singular) e bantu (plural). Esta designação surge pela primeira vez na obra de Wilhelm Bleek, em 1862, fazendo referência a um conjunto de línguas, com características comuns, línguas essas que eram faladas, maioritariamente, na África ao sul do Equador.

Altuna (2006, p. 23) vai mais longe, dizendo que “As línguas bantu, que se podem contar às centenas, têm um tal grau de parentesco que só se compreende partindo de um tronco comum primitivo”.

Ainda segundo o mesmo autor, a existência dos prefixos é característico das línguas

bantu, determinando assim os princípios de classificação e concordância das palavras, nessas línguas.

Segundo Chicuna (2009: 11), no séc. XIX, “o que significava pessoa(s) = muntu/ bantu(segundo Wilhelm Bleek), hoje, ganhou outras acepções como: cultura, população e outras. Se tivermos em conta que qualquer língua transporta consigo a cultura de um povo, podemos pois admitir que o termo bantu designe: línguas semelhantes fonética e morfologicamente, transportando estruturas semânticas lexicais e culturais. Assim, podemos afirmar que o povo bantu fala línguas pertencentes à mesma família de línguas, embora englobe etnias diversificadas. A etnia dos ovimbundu usa o mesmo omunu/ omanu para designar, exactamente, a mesma coisa: pessoa/s.

## **2.8 Os ovimbundu em Angola**

Geograficamente, o território dos ovimbundu tem limites fronteiriços que vamos descrever de forma detalhada. A Língua Umbundu faz fronteira a Leste com a Língua Cokwé (província do Moxico); a Norte, encontramos a Língua Kimbundu, (província do Kwanza-Sul), a Sul, a Língua Nhyaneka – Humbi e o Oshihelero, (na Huíla) e ainda a sudoeste, encontramos a Língua Ngangela, na província do Kwando- Kubango.

Seguindo a geografia traçada, podemos verificar que o Umbundu estende-se, precisamente, em três áreas principais que constituem as três províncias do Huambo, Bié e Benguela.

Apesar dessas áreas, e segundo Zavoni Ntondo (cf. 2002, p. 55):

A língua em estudo estende-se por outras províncias vizinhas, como: Namibe, parte nordeste do Kwando- Kubango, Huíla e parte sul da província do Kwanza-Sul.

Sem medo de errar, hoje, podemos encontrar uma boa parte da comunidade linguística umbundu, na capital do país, por ser o ponto de confluência de todas as línguas do país. O contacto dos ovimbundu com os portugueses data do século XV. Nessa altura, a actividade económica umbundu e a sua organização social demonstraram características muito próprias.

Mas, objectos históricos encontrados como: objectos em argila, em madeira são testemunhas de uma presença mais remota dos ovimbundu, no Planalto Central, muito antes do séc. XV.

Bastantes objectos arqueológicos têm sido encontrados, como por exemplo, restos de

muralhas à volta das ombalas, que são as grandes aldeias, onde vivem os sobas que representam as autoridades tradicionais.

Na cultura dos ovimbundu, o papel do soba representa a autoridade, mas não quem pensa e decide por todos. As decisões são tomadas em conselho, de acordo com a experiência e a sabedoria dos velhos do grupo. Os sobas encarnam os antepassados, com uma força vital vinda do passado, formando uma dinastia.

A título de exemplo, abordaremos alguns aspectos importantes da cultura dos ovimbundu.

## **2.9 Alguns costumes dos ovimbundu**

Cada povo tem os seus costumes, a sua maneira de estar na sociedade que de alguma forma reflectem a sua cultura. Os ovimbundu apreciam a música e a dança diversificadas de acordo com as circunstâncias dos ritos a serem celebrados. Pela música e pela dança, eles manifestam os seus sentimentos afectivos que podem ser de alegria ou até de tristeza.

Altuna (2006: 24) reforça essa ideia ao referir:

“Os Bantu, além do nítido parentesco linguístico, conservam um fundo de crenças, ritos e costumes similares, uma cultura com traços específicos e idênticos que os assemelha e agrupa, independentemente da identidade racial”.

Para os ovimbundu, o dançarino passa a ser visto como uma figura pública que domina a arte da dança, conquistando assim um espaço de referência na sociedade em que está inserido.

No grupo de dançarinos, encontramos pessoas de ambos os sexos, aptos a executarem a arte que lhes é característica, nas festas tradicionais, como por exemplo, na entronização de um rei, na apresentação de um(a) recém-nascido(a), na iniciação da puberdade, na morte do rei, do soba grande, etc.

Falando de danças executadas, podemos encontrar as seguintes: A dança olundongo – esta é apenas executada pelos mais velhos da aldeia. É uma dança permitida apenas de dia. Os seus executantes vestem-se de panos amarrados com cinto, juntamente com o batuque, ao corpo.

Tradicionalmente, essa é uma dança que se usa nas entronizações e nos óbitos e nas kombas (término dos óbitos) dos soberanos, dançarinos, caçadores e os circuncisores (os que

executam a circuncisão).

A dança onyaca– é uma dança que só é executada por mulheres.

Culturalmente, essa dança é usada na komba (em que se despe o luto, depois de terminado o tempo estipulado) de quem em vida também foi dançarina dessa modalidade.

**Figura nº 01** Dança só de mulheres



**Fonte:** (Autor, 2023)

c) A dança okatita – é uma modalidade que, tradicionalmente, é usada por ambos sexos e que é apropriada e indicada para as diversões.

Na cultura em referência, para além da dança, existem os usos e costumes, como é o caso daqueles que são ligados ao nascimento de um novo ser nas famílias, sobretudo quando se trata de gémeos.

Para esse povo, o nascimento dos gémeos é motivo de muita alegria, não só para a família, mas também para a sociedade em geral. À alegria da família junta-se também a preocupação de os manter vivos durante o crescimento.

Segundo o costume, quando esses bebés nascem são saudados com insultos de alegria. Mandam as regras que, mãe e gémeos, depois da caída dos umbigos dos filhos, são levados para fora de casa, envoltos em lama, enquanto a mãe é arrastada no lodo, passando assim com ela à volta da sua casa, num alarido de insultos, assobios e ao som do chifre de cabrito ou de boi, com um balaio cheio de milho cozido sem desfarelar. Esse milho cozido desta forma, em Umbundu é designado por ombulungu. À medida que vão dando voltas à casa com os gémeos e arrastando a mãe, vão comendo ombulungu, ao longo de toda a manhã.

Esta cerimónia conhece o seu término com o enterrar dos umbigos das crianças junto ao cruzamento e as roupas da parturiente, no momento do parto, são atiradas ao rio, pelo curandeiro que acompanhou o parto e os primeiros dias desses bebés. Chegada a hora da atribuição dos nomes, esses bebés, recebem os nomes dos animais mais temidos na fauna angolana. Segundo os pares nascidos, eles serão:

1- Se forem dois meninos, o primeiro a nascer recebe o nome de Ndjamba (elefante) e o segundo a nascer, recebe o nome de Hosi (leão).

**Figura N° 02:** djamba (1° gémeo)                      Hosi (2° gémeo)



**Fonte:** (Autor, 2023)

2- Se forem duas meninas, a primeira a nascer vai chamar-se de Ndjamba e a segunda, Ngueve (hipopótamo);

**FIGURA N° 03** Ngueve (2ª gémea)



**Fonte:** (Autor, 2023)

3- Se for um casal (menino e menina), estes recebem o nome de Ndjamba (elefante) e Ngueve (hipopótamo), simultaneamente.

Segundo os costumes, ao longo do seu crescimento esses bebés devem ser tratados de igual forma; devem usar roupas idênticas e serem alvos dos mesmos direitos, evitando assim possíveis ciúmes e aborrecimentos entre eles.

Se por infelicidade um dos gémeos morre, a mãe não deve chorar, nem entristecer-se

diante do outro sobrevivente, evitando assim que o outro irmão se aperceba do óbito.

Após o funeral do gêmeo, segundo a tradição, deve criar-se um boneco de madeira, em pequenas dimensões, vesti-lo com as mesmas cores do gêmeo vivo. Esse deve acompanhar sempre o irmão vivo até que ele cresça.

Para além destes, existem outros costumes, como é o caso dos akokoto e da chuva.

O povo ovimbundu venera muito os seus antepassados. Para isso, constrói pequenas casotas, que designam por akokoto ou atambo (segundo o caso), onde depositam os seus venerandos. Considera-se o akokoto um lugar sagrado, onde encontramos sepulturas dos antepassados.

Na cultura dos ovimbundu, embora hoje já com tendência a desaparecer, existe a crença de que, quando uma pessoa morre, o seu espírito permanece entre os seus, como uma manifestação efectiva do poder, da personalidade e conhecimento dessa mesma pessoa na sociedade.

Por isso, crê-se que os espíritos têm uma influência poderosa sobre os vivos. Daí o cuidar bem dos seus túmulos para que não haja uma “revolta” desses espíritos.

É permitido visitar esses akokoto. Porém há uma série de rituais à volta dessa permissão. Para se ter acesso a essa visita é necessário que os visitantes unjam os pulsos e os tornozelos com óleo de palma e de elimbui (um produto cujo nome vem de elimbo que significa purificação). Depois de ser ungido e purificado, então o visitante tem acesso ao akokoto.

Essa visita é acompanhada por um guia, uma pessoa indicada pela corte da embala, que geralmente é um soba e cabe a ele tomar a dianteira (ir sempre à frente). Quando o local a visitar é o etambo, lugar onde se encontram as caveiras dos antepassados, o ritual de purificação é bastante mais rigoroso. Usa-se o primeiro passo do processo anterior; em seguida, o visitante deposita uma quantia monetária no balaio; em seguida, entrega-se à autoridade uma garrafa de walende (aguardente) e um galo. Depois de se realizar o ritual com todos os elementos entregues, então podese entrar no etambo.

Não menos importante e interessante é o ritual à volta da chuva. Quando há uma estiagem prolongada, crê-se que os “deuses” estão tristes e revoltados. Logo, há que oferecer sacrifícios para que eles permitam que chova.

Nessa altura, os ovasekulu (os mais velhos) da aldeia reúnem-se à entrada dos akokoto, lugar apropriado para esse rito, pois pede-se aos antepassados para que façam cair a chuva.

Este ritual segue os seguintes passos: primeiro, limpa-se o local; em seguida, a mulher do soma (soba) prepara a comida, que é à base de canjica de milho e feijão e sacrificam alguns animais (cabras, galinhas, etc); posteriormente, preparam-se as bebidas tradicionais (kacipembe= aguardente e a cisângua = gasosa tradicional).

**Figura nº 04 Cisângua**



**Fonte:** (Autor, 2023)

A cisângua é uma bebida feita à base de água e farinha de milho (branco ou amarelo); pode ser gaseificada ou não, dependendo dos dias em que permanece no recipiente. Na cultura dos ovimbundu, à cisângua acrescenta-se o ombundi (raízes silvestres, doces), que é descascado, bem lavado e pisado no pilão e colocado na cisângua, no segundo dia de ser confeccionada; o ombundi substitui o açúcar. Depois de tudo preparado, come-se, bebe-se e dança-se ao som do batuque, oferecendo tudo aos espíritos.

Terminado o ritual, se não chover, é sinal de que os antepassados não gostaram da cerimónia. Será necessário repetir a cerimónia. Caso chova, é sinal de que os antepassados gostaram muito do ritual feito.

Os ovimbundu existem há muitos séculos, ao longo dos quais foram acumulando experiências e vivências que, hoje, resultam numa cultura complexa.

Assim, as crenças e os costumes são o resultado das vivências desta sociedade.

## 2.10 Origem do termo ovimbundu e a sua língua

O termo ovimbundu, como já fizemos referência, deriva da evolução semântica do termo muntu que, em diversas expressões linguísticas africanas, assume o significado de pessoa.

No que concerne às origens da Língua Umbundu, sabe-se que existem vários símbolos de escrita primitiva que se têm encontrado em cavernas rupestres, destacando-se as mais conhecidas que são as de Kaniñili, na confluência entre Bailundo e Mungo, na região de Huambo, datando de há milhares de anos A.C.

Alguns objectos arqueológicos, como vasos de argila e cabaças, são testemunhos desse povo; ainda, hoje, esses símbolos exprimem, em artes plásticas, os elementos fundamentais da cultura dos ovimbundu e da sua língua.

No entanto, quer os proto-ovimbundu, (os primeiros ovimbundu), quer os pesquisadores da Língua Umbundu, não foram sistemáticos no desenvolvimento desses símbolos, de forma a constituírem uma tradição, através da qual se pudesse fundamentar uma escrita e que passasse facilmente de geração em geração.

Na actualidade, a escrita em Umbundu utiliza os símbolos da língua latina (o Português), ao mesmo tempo que para a sua leitura recorre à fonética das línguas bantu, das quais o Umbundu faz parte.

Na época moderna, é frequente os escritores e os pesquisadores da Língua Umbundu servirem-se de símbolos fonéticos e gráficos de outras línguas africanas e europeias (caso do inglês). Essa realidade, por um lado mostra a carência de autonomia gráfica da Língua Umbundu e, por outro lado, constitui uma oportunidade para tornar fácil a leitura e a escrita, nessa língua, para os seus principiantes que possuam alguns conhecimentos dos sistemas gráficos das línguas bantu e das línguas neolatinas.

Daí a vantagem da vizinhança do sistema de escrita em Umbundu com a língua neolatina (o Português), pois, na actualidade, ela absorveu a maior parte dos caracteres do Português para a sua representação gráfica, tornando-a assim numa língua mais fácil de aprender para quem possua conhecimentos básicos das línguas latinas e africanas de origem bantu.

Quanto à língua, propriamente dita, pertence ao Planalto Central e a uma parte do Sul do país. Tem o maior número de falantes e a sua área de difusão engloba as províncias de Bié, Huambo e Benguela.

Para além dessas províncias, segundo Zavoni Ntongo e João Fernandes (cf. 2002, p. 55),

A influência dessa língua é notória noutras províncias, como é o caso de Namibe, Kwando- Kubango e Huíla.

É de salientar que a Língua Umbundu apresenta algumas variantes que têm as seguintes designações: ambwi, cikuma, kacisandje, kakonda, lumbu, mbalundu, muhanya, ndombe, nganda, sambu, viye e wambu.

Malcom Guthrie (CF. 1948: 50), pesquisador das línguas africanas, classificou as línguas bantu em grupos denominados de “zonas” e, por conseguinte, atribuiu uma letra a cada uma dessas zonas e um número à cada língua de cada zona diferente.

Nesse contexto, a Língua Umbundu ficou enquadrada na zona R, sob o nº 10, onde se enquadram outras línguas angolanas, em particular, como é o caso de oxikuanhama, oxisherero, olunyaneka, nkhumbi e, em geral, outras línguas africanas com as mesmas características, como por exemplo: a presença da vogal de “aumento” que precede sempre o prefixo nominal em todas as classes, exequando a classe 5, onde a vogal e desempenha dupla função (de prefixo e de aumento). Como exemplo, temos a unidade lexical elimba (marimba).

## **2.11 Estatuto da Língua Portuguesa no Período Colonial**

É sabido que a Língua Portuguesa foi um legado trazido pelos portugueses para o nosso país; desde a sua chegada, conviveu e continua a conviver com outras línguas encontradas, que são as línguas de origem bantu.

António Costa, citado por Muamba Neto (CF. 2012, P. 26):

afirma que a existência da Língua Portuguesa, em Angola, ocorre numa sociedade caracterizada por uma forte estratificação linguística, partilhando o mesmo espaço sociológico com os outros idiomas geneticamente distintos. É esse facto que faz com que Angola seja um país plurilingue, tal como a maioria dos países africanos, possuindo uma composição sociolinguística muito complexa e heterogénea.

É de recordar que, no início do séc. XX, o governador da então cidade Nova Lisboa, hoje Huambo, Norton de Matos, publicou um decreto-lei que estabelecia a obrigatoriedade do ensino da Língua Portuguesa nas escolas e na catequese.

Segundo o governador da época, através dessa exigência, os autóctones seriam obrigados a falar Português, fazendo assim desaparecer as línguas indígenas. Com isso, o ensino das línguas bantu, nas escolas, era totalmente proibido com a finalidade de não pôr em perigo a Unidade Nacional de Portugal Ultramarino.

Baseadas nesse decreto, a actividade das missões religiosas era controlada pelas autoridades civis para que estas não corressem o risco de ensinarem, nas suas escolas, línguas africanas.

A aposta na eliminação das línguas dos autóctones era tão grande que o famoso decreto nº 77 de 9 de Dezembro de 1921 comportava os seguintes artigos:

Art.1º - “É vedado na catequese das missões, nas suas escolas e em quaisquer relações com os indígenas, o emprego das línguas indígenas por escrito.”

Art.2º - “Não é permitido ensinar, nas escolas das missões, línguas indígenas;”

Art.3º - “O uso da língua indígena só é permitido, em linguagem falada, na catequese;”

Art. 4º - “As disposições dos dois artigos antecedentes não impedem os trabalhos linguísticos ou quaisquer outros de investigação científica, reservando-se, porém, o Governo o direito de proibir a sua circulação quando, mediante inquérito administrativo, se reconhecer que ela pode prejudicar a ordem pública e a sua liberdade ou a segurança dos cidadãos e das populações indígenas. Outras disposições do Decreto têm por fim proibir por completo o uso e o emprego das línguas indígenas escritas, quer no ensino, quer com qualquer outro fim”.

A proibição da escrita nas línguas dos autóctones dificultou, sobremaneira, o desenvolvimento da grafia das línguas bantu, pois o pouco trabalho que se fazia, nesse âmbito, a sua escrita dependia dos seus autores. Daí a ausência de um sistema ortográfico definido.

Hoje, na Angola independente, depois de várias décadas, o governo angolano, com a apresentação das sete línguas nativas mais representativas, apresentou também um sistema básico do alfabeto para guiar a escrita dessas línguas.

Como podemos observar, o Português ganhou supremacia em Angola, pois foi sempre a língua da administração, da comunicação social, de trabalho e de ensino, em todas as áreas, ganhando assim o estatuto de língua oficial.

A questão verificada em Angola, em relação à Língua Portuguesa, não foi um caso isolado, pois é o que podemos entender a partir da reflexão de Gregório Firmino (2006: 69), quando afirma o seguinte:

“O Português tornou-se a língua oficial, através da qual as políticas coloniais eram implementadas. O Português foi imposto como o símbolo da identidade cultural portuguesa e tornou-se um dos mais importantes instrumentos da política assimilacionista promovida pelas autoridades portuguesas. No contexto da ideologia colonial, os nativos só podiam tornar-se «civilizados» depois de demonstrarem o domínio da língua portuguesa. Como consequência desta ideologia colonial, as autoridades coloniais baniram as línguas autóctones dos domínios institucionais, o que condicionava a mobilidade social ao conhecimento do português. Por exemplo, a partir dos princípios do séc. XX, tornou-se política obrigatória que todas as escolas usassem o português como meio de ensino”.

Na Angola independente, continuou-se com a mesma política, a de conceder ao Português um estatuto de língua oficial.

Por consequência, algo semelhante surge com a 3ª República angolana, na sua Constituição, aprovada em 5 de Fevereiro de 2010: no artigo 19º, também consagra o mesmo estatuto ao Português, continuando a ser a língua oficial de Angola.

No mesmo artigo 19º, em que se consagra esse estatuto ao Português, também se valoriza e promove o estudo, o ensino e a utilização das demais línguas de Angola, bem como as principais línguas de comunicação internacional, que são as línguas ocidentais.

Porém essa chamada de atenção para tal valorização, não lhes concede, de imediato, o estatuto de línguas oficiais a par do Português. Esse é apenas o privilégio do Português. De salientar que, em Angola, ainda hoje, podemos encontrar pessoas que não falam o Português, mas sim, a sua língua autóctone, como língua materna, principalmente nas zonas rurais. Para essas pessoas, o Português, se o souber falar, será uma língua segunda.

Hoje, em Angola, é uma ilusão política o convencimento de que todo o angolano fala Português. O que se passa é que muitas pessoas conhecem e reconhecem algumas palavras da Língua Portuguesa, mas sem apresentar uma performance nessa língua. Na realidade, hoje em dia, o número de angolanos que se expressa e se entende perfeitamente na sua língua materna, como língua de comunicação, ainda é bastante grande, sobretudo nas zonas rurais.

Nesse contexto, pode produzir-se o contacto de línguas (Português/ Umbundu e vice-versa) resultante da interacção dessas duas línguas, influenciando assim as duas estruturas linguísticas, sobretudo ao nível do léxico.

Nesses casos, as condições sociais do contacto acontecem sempre da necessidade de comunicação entre os falantes de grupos linguísticos diferentes, neste caso, o Português e o Umbundu. A comunicação passa a ser vista como um dos factores de desenvolvimento linguístico.

## **2.12 Contributo das missões evangélicas no ensino do Português e do Umbundu**

Historicamente, a Língua Portuguesa chega a Angola com os colonos portugueses. Na sua “bagagem” traziam a língua e a religião cristã; esta ficou sob a responsabilidade dos missionários que, por sua vez, fundaram várias missões.

As missões cristãs desempenharam um grande papel na promoção da qualidade de vida das populações, em todos os sentidos. Um dos domínios em que mais se fez sentir o envolvimento dos missionários foi a educação, prevalecendo um sistema constituído por vários tipos de escolas: as denominadas escolas do «mato», destinadas às crianças das aldeias.

A forma de ensino e o sistema curricular, nessas escolas, eram diferentes das demais, pois David Gallagher (cf. 1952: 50), destacam que:

eram escolas de curta duração, direccionadas apenas para aqueles que nunca aprenderam a ler e a escrever e com curricula que incluíam textos do método Laubache.

Havia ainda uma outra novidade; é que esse ensino era feito, exclusivamente, na língua materna das crianças, em Umbundu, no caso. Foi um esforço muito grande feito pelos missionários, pois tinham eles, primeiro, de aprender a língua dos autóctones para depois ensinar nessa língua. Tal esforço resultou numa publicação, em

1914, na Missão de Kamundongo, no Bié, de uma obra em Umbundu, intitulada: “elivulu lyoku lilongisa okutanga”, com a seguinte tradução em português «O livro para aprender a ler».

É de salientar que, esse contributo, virado para as línguas nacionais, era apenas autorizado para as Missões cristãs evangélicas. As missões católicas não podiam ensinar numa língua nativa, tal como podemos ler no decreto-lei de Norton de Matos (1921: 40):

Art.2º “...nas escolas católicas, é proibido ensinar as línguas indígenas:”

Art. 3º "...a utilização das línguas indígenas no catecismo não é permitida a não ser como auxiliar durante o período de ensino elementar da língua portuguesa."

Art. 4º "... é proibido o emprego das línguas indígenas ou qualquer outra língua, à excepção do português, por escrito ou por panfleto, jornal na catequese das missões, nas escolas e em todos os contactos com as populações locais."

Paralelamente a essas escolas existiam as chamadas escolas regionais, localizadas em áreas estratégicas que eram constituídas como internatos de jovens de ambos os sexos, vindos das aldeias circunvizinhas dos centros pastorais. Nessas escolas, as aulas eram ministradas em Português, conforme as orientações do Governo colonial da época. Mas, nos grandes centros urbanos, foram erguidas escolas públicas regidas com o curriculum semelhante ao das escolas oficiais portuguesas.

Segundo David Gallagher (cf. 1952: 50):

os professores dessas escolas tinham de ser cidadãos portugueses e com uma formação pedagógica numa escola normal ou então ter a frequência de três anos no Liceu.

A preocupação do governo colonial, face às escolas e ao ensino, tinham apenas um único fim: impor o Português como língua oficial.

Porém, em contrapartida, a liberalização do ensino da Bíblia e da catequese, nas missões, em Umbundu, facilitou o desenvolvimento dessa língua que, desde muito cedo, despertou um grande interesse nos investigadores que realizaram os primeiros trabalhos sobre a referida língua.

## **2.13 Características da Língua Umbundu**

Cada língua de Angola é estruturalmente diferente e carrega consigo uma cultura. Uma língua viva existe no seio de uma comunidade de falantes; é pertença da sua identidade que depende de factores sociais e culturais.

Estas são algumas das características das línguas que, no entanto, podem apresentar aspectos específicos. Assim, as línguas bantu são diferentes foneticamente, mas também a nível morfológico, embora conservando as etimologias das unidades lexicais.

Como em todas as outras línguas bantu, em Umbundu, não há oposição entre masculino e feminino (género), pois em relação aos substantivos, apresenta o género neutro. Sendo uma língua de origem africana, pertencendo ao grupo das línguas bantu, ela tem um sistema linguístico com características próprias que a distingue das outras línguas bantu. Uma outra característica, não menos importante, da Língua Umbundu é o uso do sistema de classes

que determinam o número do substantivo, utilizando sempre a prefixação.

A Língua Umbundu, tal como a Língua Portuguesa, dispõe das seguintes letras do alfabeto: /A/, /B/, /C/, /D/, /E/, /F/, /G/, /H/, /I/, /J/, /K/, /L/, /M/, /N/, /O/, /P/, /S/, /T/, /U/, /V/, /Y/, /W/.

Como vemos, o alfabeto adoptado é o mesmo da Língua Portuguesa que nós conhecemos. Todavia, como é insuficiente para a representação de certos sons, acrescentaram-se mais três grafemas: /K/, /Y/, /W/. Destas, o /Y/ e o /W/ funcionam como semi-vogais na Língua Umbundu.

As letras /Q/, /R/, /X/, /Z/, não existem na Língua Umbundu. Estes sons são substituídos ou puramente eliminados.

Por exemplo, o som [r], em Umbundu é quase sempre substituído por [l]; salvo nos casos em que o locutor tem um bom domínio do Português ou faz algum esforço por dominá-lo: laranja > lalanja.

Na língua em estudo, para além das letras descritas, ainda encontramos o som [Ñ], nasalizado, que é uma variante do [N].

Para além dessa descrição sobre os grafemas, existem outras particularidades que em seguida, vamos descrever.

Em Umbundu, os sons [f], [h], [k], [l], [m], [n], [p], [s], [t], [v] têm um valor único, representando, cada um deles, um único som. Já a letra /b/, na escrita e na pronúncia, nunca aparece de forma isolada, mas sim, sempre antecedida da letra /m/, atribuindo-lhe um carácter mais áspero, no início e no meio de vários vocábulos. Esse é o caso de mbimbi, ombelela, mbwale, etc.

Por sua vez, a letra /c/ tem sempre o valor [ʃ], como por exemplo: ocipala, ocipito. No caso da /d/ nunca aparece sozinha; é sempre antecedida e/ou intermediada por /n/.

Exemplos: ndombe, kandjala. A /n/ quer seja nasalizada, quer não seja, também intermedeia ou/ e introduz as letras /g/ e /j/.

Existe ainda uma outra particularidade: a /j/ pode formar o grupo de letras /dj/, reforçado pela /n/, passando assim para o grupo /ndj/.

Exemplos: ondjila (dependendo da tonalidade que se dê na pronúncia desta unidade lexical, pode significar caminho ou pássaro), sangeve (pai da Ngueve), Ñgala (senhor, Deus), ondjanga (pressa).

A /s/, em Umbundu, quer esteja no início da palavra ou no meio, tem sempre o mesmo valor [S]. O seu valor não altera em função do grupo a formar-se, ou do lugar onde ocorra, como acontece na Língua Portuguesa. Exemplos:

Nasapalo (mãe do/a Sapalo = sábado), sondjamba (pai dos gémeos = olondjamba), sekulu (o mais velho, o idoso).

Quanto às vogais, também encontramos as mesmas da Língua Portuguesa: /a/, /e/, /i/, /o/, /u/; podem ser orais e nasais.

Sabe-se que as orais, na sua pronúncia, não exigem fluxo de ar pelas fossas nasais (elyapu = diabo). As nasais, porém, são auxiliadas com o fluxo de ar pelas fossas nasais. Este é o caso das seguintes palavras: omolã (criança), ukulũ (maior de idade).

Referindo-nos aos falantes da Língua Umbundu, de uma forma geral, esses não conseguem realizar certos sons, concretamente o Z, característico da Língua Portuguesa. Este som é quase sempre trocado por S. Relativamente a esta particularidade, Teresa Costa (2013, p. 19) afirma ser

“quase normal que um falante da LM umbundu, embora com grau de escolaridade aceitável, ao realizar o referido som, tenha de trocá-lo por □S□, devido à inexistência daquele no seu quadro alfabético”.

Esta não é a única característica para os falantes da Língua materna Umbundu. Existem outros casos, como por exemplo o som □R□ que, em casos de alguma distração do falante, pode ser trocado por □l□, assim como a nasalização frequente de algumas consoantes.

Segundo Agnela Barros (2002: 38), os falantes da Língua Umbundu têm uma outra característica ao realizarem o Português que é a paragoge, consistindo esta em acrescentar o (i) e, em alguns casos, o (e) no infinitivo dos verbos, como se pode verificar nos casos seguintes:

Chorar ===chorare/ chorari; Comprar ===comprare/ comprari e outros.

Em linhas gerais, estas são as características mais marcantes, que na oralidade, podemos verificar nos falantes do Português que têm o Umbundu como língua materna.

Na escrita, podemos observar uma certa concentração, algum esforço em procurar “respeitar” as regras da escrita da Língua Portuguesa, segundo a norma europeia.

Assim, podemos afirmar que, face a essas dificuldades, próprias do falante, falar o Português de forma “correcta”, fonologicamente constitui um esforço acrescido para o nativo umbundu que tem essa língua como materna.

## **2.14 O Português na região Centro-sul**

Como se sabe, em Angola, o Português é a língua oficial e, conseqüentemente, ela pode ser a língua primeira ou a língua segunda dos nativos.

Sendo o Centro-sul parte de um todo que é Angola, a situação linguística não é diferente do resto do país.

Historicamente, o Português surge em Angola como um instrumento de poder de colonização. Essa imposição resultou na desvalorização das línguas nativas, ocasionando o contacto de línguas. Desse facto surge o aportuguesamento e a umbundização de várias unidades lexicais.

O Português foi um meio de emancipação de muitos angolanos pois, fruto do decreto nº 77, do colonizador Norton de Matos (em 1921), a chamada elite de nativos da época, apropriou-se dessa língua:

1. Artigo 1º é obrigatório, em qualquer missão, o ensino da língua portuguesa.”
2. No ponto 4 do mesmo artigo, lê-se: é vedado o ensino de qualquer língua estrangeira.”
3. Artigo 2º “...não é permitido ensinar, nas escolas de missões, línguas indígenas.”

Esse decreto mudou o curso da história dos falantes nativos, começando com o aportuguesamento de unidades lexicais das línguas dos indígenas que foram perdendo a sua originalidade, marcando assim a aculturação dos nativos.

Referindo-nos ao aportuguesamento, sabe-se que com ele, o colono tinha como

intenção anular a cultura e a língua dos indígenas. Sem sombra de dúvida, podemos afirmar que, tal procedimento facilitou o surgimento do bilinguismo em Angola, em geral, e no Centro-sul, em particular.

Em todo o território, a Língua Portuguesa, depois da independência, foi adoptada como língua oficial; por outro lado, foi o único elo de ligação entre os povos de outras etnias angolanas. É ainda, hoje, uma língua de mediação linguística, no país.

Apesar de ser uma língua do colono, ela ganhou a capacidade de unir os angolanos, superando as tendências divisórias inerentes à diversidade linguística.

Na actualidade, esta língua já não é vista como impositora, mas como unificadora. Ela é a língua de escolarização e de serviços administrativos. É também a língua de relações com o exterior.

A Constituição da República de Angola (2010), no seu artigo 19.º, determina como língua oficial o português, fazendo notar que o Estado pretende valorizar e promover o ensino e utilização das demais línguas de Angola, tal como de outras línguas de comunicação internacional. No entanto, a adoção do português como língua oficial veio retirar protagonismo às línguas angolanas, o que conduziu (e ainda conduz) ao seu progressivo enfraquecimento. Devemos assinalar que não existe uma política de ensino das línguas nacionais que abarque todas as regiões do país. Em sentido contrário, a língua portuguesa parece estar a ganhar cada vez mais falantes.

O preconceito linguístico é uma forma de discriminação que ocorre quando uma determinada língua é desvalorizada ou menosprezada em relação a outras. No contexto do município da Caála, identificamos a necessidade de combater o preconceito linguístico voltado para a língua Umbundu, amplamente falada pela

população local. Para isso, propomos a criação de um Centro de Formação da Língua Umbundu, com o objetivo de promover a valorização e preservação dessa língua, além de combater o estigma associado a ela.

## **2.15 O Grupo Ovimbundo**

É o grupo etnolinguístico mais homogéneo e mais numeroso. Calcula-se que o seu número correspondesse a 1.500.000 pessoas.

Os Ovimbundo, de língua materna umbundo, nunca tiveram uma estrutura política central, como os Kikongo e os Ambundo.

No final do século XIX e antes da ocupação efectiva portuguesa, estavam divididos numa dúzia de sobados, sendo o maior deles o Bailundo. Mas, por outro lado, nunca estiveram profundamente divididos, nem linguística nem politicamente.

Os Ovimbundo eram os comerciantes não só de Angola mas também da África Central. É também o grupo que na época colonial mais se integrou na vida económica e social de Angola: de ferroviários por todo o percurso do Caminho de Ferro de Benguela – do Lobito ao Luau – ou ainda no Caminho de Ferro de Moçâmedes; na apanha de café no norte, nas minas de Cassinga, ou na pesca em Benguela; no corte de cana na Catumbela ou como estivadores no porto de Luanda e do Lobito..., os Ovimbundo constituíram-se numa etnia chave para o desenvolvimento de Angola, independentemente da sua preponderância numérica.

## **2.16 Origem dos ovimbundu**

A origem dos Ovimbundu (ou Ovimbundo) tem sido motivo de vários estudos feitos por historiadores e linguistas, tais como Soares e Agostinho (2016), com o livro *A coleção ovimbundo do museu nacional, Angola 1929-1935*; Sebestyén (2015) no seu livro *A sociedade ovimbundo nos relatórios de viagens do húngaro László Magyar: sul de Angola, meados do século XIX*; Childs (1949), no seu livro *Umbundu Kinship and Character* e Davidson (1981), com o livro *Os africanos*, entre outros. Os investigadores atrás mencionados não são consensuais relativamente ao surgimento dos povos Ovimbundu em Angola. Especula-se que este grupo etnolinguístico tenha a sua origem nas movimentações dos Imbangala. Mais tarde, com a dispersão para o Sul, em direção às fontes do Kwanza, deu-se uma aproximação étnica que resultou numa associação das populações autóctones com os Imbangalas. Desta associação resultaram entre doze e vinte reinos independentes e autónomos que, até fins do século XVIII, estavam bem estabelecidos no território. (SOARES, 2014, P.93).

O termo Ovimbundu deriva da evolução semântica do termo muntu (munthu) que, em diversas expressões linguísticas africanas, tem o muntu constitui, desta forma, a raiz da origem linguística comum aos povos Bantu (Banthu ou Vanthu). Trata-se de povos cujas línguas apresentam semelhanças, partilhando traços comuns, fazendo remontar a origem dos mesmos, não só a uma raiz linguística comum, mas também a uma origem étnica, eventualmente mais

próxima aos demais povos africanos. (BENVINDO 2016, P.36),

Os Ovimbundu são um povo que, até à fixação dos portugueses em Benguela, vivia da agricultura de subsistência, da caça e de alguma criação de gado bovino e de outros animais. Mais tarde, com as imposições coloniais, enveredou pela comercialização de produtos agrícolas, principalmente de milho, a sua produção de excelência.

Do ponto de vista social, os Ovimbundu sempre foram um povo homogêneo, que vivia em aldeias extensas, mas com uma grande capacidade de mobilidade. Esta característica está na base da sua dispersão por várias localidades. São também possuidores de carácter humilde e obediente, o que terá facilitado a dominação por parte dos invasores europeus, sendo levados para várias províncias de Angola para trabalho forçado. Esta integração dos Ovimbundu gerou uma certa "umbundização" cultural e linguística de alguns povos vizinhos que antes possuíam características distintas.

Em termos de localização geográfica, os povos Ovimbundu residem nos territórios limitados por outras línguas, como sendo a Leste com a Língua Cokwe (província do Moxico); a Norte, encontramos a Língua Kimbundu, (província do Kwanza-Sul), a Sul, a Língua Nhyaneka – Humbi e o Oshihelero, (na Huíla) e ainda a Sudoeste, encontramos a Língua Nganguela, na província do Kwando-Kubango. Seguindo a geografia traçada, podemos verificar que o Umbundu se estende, precisamente, em três áreas principais que constituem as três províncias do Huambo, Bié e Benguela. (COSTA, 2015, p.13-14).

Quase todas as línguas nacionais em Angola tiveram e têm contacto com o português por imposição das autoridades coloniais, como já atrás referido. No caso do umbundu, houve contacto ainda no século XV (COSTA, 2015, P.14).

No início da dominação colonial em Angola. A partir deste contacto, como é óbvio, iniciou-se todo um processo de interferência mútua entre as duas línguas que passaram a conviver no território nacional. A interferência é feita por meio da ampliação e renovação do léxico (empréstimos), modificações fonéticas das palavras, estruturação morfossintática, entre outras.

Os estudos realizados mostram que em 2014, 42% da população abaixo dos 9 anos tinha o português como língua materna (ou L1). Na faixa etária entre os 10 e os 19 anos a percentagem descia ligeiramente para 34%. Estes factos constituem uma evidência da ascensão

do português como língua materna para um número cada vez mais significativo de angolanos. Em determinadas situações é vantajoso usar o português como veículo de comunicação, pois, com ele o universo de indivíduos que vai captar a mensagem é maior do que aquele abrangido pelas diferentes línguas nacionais angolana.( MANUEL 2015).

A existência de uma língua oficial foi, desde cedo, entendida como um fator de unidade e de coesão dos povos. A adoção de uma única língua que une os diferentes povos dentro do mesmo território foi uma boa estratégia para o alcance de tal desiderato (Fonseca, 2012).

### **2.17 Políticas linguísticas educacionais em Angola e o contexto do município da Caála**

Em termos legislativos, para abordar a valorização e o ensino da língua nacional (umbundu) no sistema de ensino em Benguela, mencionamos o documento Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino (ANGOLA, 32/2020), que afirma o dever do Estado como órgão competente para promover e assegurar as condições de ensino das línguas nas instituições escolares. Mencionamos, também, o Art. nº 16 da Constituição de Angola (2010), que institui a língua portuguesa como língua oficial de Angola e promove o ensino das línguas nacionais nas instituições escolares.

A Constituição prevê no seu Art. nº16 (Língua de Ensino) que:

1. O ensino deve ser ministrado em português.
2. O Estado promove e assegura as condições humanas, científico-técnica, materiais e financeiras, para a expansão e generalização da utilização no ensino, das demais línguas de Angola, bem como da linguagem gestual para os indivíduos com deficiência auditiva.

Cabe salientar que Angola, de forma geral, e Caála em específico, são contextos bilingües, em que as pessoas geralmente falam e compreendem mais de duas línguas, muitas vezes misturando essas línguas em suas práticas cotidianas. Essa complexidade linguística muitas vezes é contrastada com a insistência por se usar um modelo monolíngue no contexto escolar, o que gera efeitos negativos nos processos de aprendizagem, a

exemplo das altas taxas de desistência e reprovação. Sobre o desafio de se incluir línguas nacionais na esfera educacional, segundo Patatas e Quintas (2019, p. 15):

Angola é um país multilíngue, contudo, até 2008 o ensino formal em Angola era monolíngue, sendo a língua portuguesa a única língua do ensino e da administração. As línguas endógenas angolanas, tendo sido excluídas do ensino formal até então, são integradas paulatinamente no sistema de ensino, iniciando na primária, quatro anos após a paz nacional (estabelecida em 2002).

Em muitas instituições escolares de Caála, bem como no seio comunicativo da maioria dos familiares, é notório o desaparecimento da língua nacional. Em nosso contexto de estudo, a observação de campo e as relações informais com amigos e familiares revelam a existência de valorização negativa atribuída ao umbundu, tida como a língua de menor prestígio, se comparada ao português, as línguas nacionais de Angola são majoritárias, porém pouco prestigiadas na comunicação social e no sistema de ensino a nível do país. Nesse sentido, podemos dizer que as línguas nacionais de Angola demandam um processo consciente, planejado e ativo de valorização e reconhecimento (BERNARDO 2017)

Política missionária, juntamente com a política colonial, contribuiu para inscrever significados sociais nas línguas africanas, hierarquizando-as em relação à língua portuguesa, tida como língua da identidade portuguesa, de prestígio e de uso escolar (MAKONI; MEINHOF, 2016).

A política colonial – de favorecimento jurídico, simbólico e político – da língua portuguesa produziu “a não atribuição de quaisquer tipos de responsabilidades e funcionalidades às línguas locais, bem como a proibição da sua utilização na educação formal dos Angolanos” Tais significados sociais ainda ecoam atualmente, como o preconceito linguístico que afeta as línguas nacionais (MINGAS, 2021, p. 379).

A divisão não respeitou a diversidade etnolinguística dos povos que habitavam os territórios ocupados, fazendo com que dentro do território angolano passassem a conviver povos cuja realidade sociolinguística transcende as suas fronteiras. Daí que Angola seja hoje uma nação plurilíngue, pluricultural e pluriétnica. Esta realidade é de grande complexidade ao nível linguístico, cultural e étnico e exige tanto no plano estatal quanto no jurídico uma série de políticas que contribuam para a construção de uma sociedade diversificada e unida tendo em conta o respeito e a promoção da igualdade (LEITE, 2015, p.7).

Consideramos que a necessidade de institucionalizar a língua umbundu no Município da Caála, principalmente nas zonas rurais, é de carácter emergencial, para que a educação nesta província seja cultural e linguisticamente inclusiva. A esse respeito, importante mencionar o

posicionamento da UNESCO em defesa do ensino em língua materna, valorizando o multilinguismo africano como recurso simbólico, identitário e social relevante, conforme a apresentação do documento *Why and how Africa should invest in African languages and multilingual education* (2010, p. 12):

A força motriz deste documento é um interesse renovado em lidar de forma criativa e construtiva com o multilinguismo africano, e é motivado por duas razões principais. Em primeiro lugar, há provas suficientes (embora não reconhecidas por unanimidade) de que o multilinguismo é um trunfo para o desenvolvimento de uma nação. Em segundo lugar, a África precisa nutrir e maximizar esse traço característico para o bem-estar de seu povo, pois o continente sempre será desfavorecido, tendo abraçado as línguas estrangeiras, por mais enraizadas que estejam na paisagem linguística nacional. Esta questão tem sido recorrente na agenda política, cultural e educacional do continente.

Nos dados registrados no Recenseamento Geral da População e Habitação de 2014, apresentados pelo Instituto Nacional de Estatística de Angola, cerca de seis milhões de angolanas/os falam umbundu. A sua área de difusão engloba três províncias que são Viye (Bié), Wambu (Huambo) e Bengela (Benguela). A língua umbundu possui as seguintes variantes: ambwi, kacisanje, kakonda, lumbu, mbalundu, mwanya, ndombe, nganda, sambu, sele, sumbi, viye, cimuma e wuambu.

O umbundu varia conforme a localidade, a exemplo da ampla variação fonológica envolvendo vários termos usados na língua, o que indexicaliza, também, o grupo etnolinguístico ao qual o falante pertence. No contexto linguístico a que nos referimos aqui, podemos dizer que há, também, predominância de translinguagem em todo território provincial. Segundo García (2009) e Lucena (2021), a definição do termo não se limita ao uso de duas línguas diferentes, mas ao uso de recursos linguísticos e semióticos vinculados a diferentes línguas, modalidades (oral e escrito) e registros linguísticas, constituindo uma realidade linguística e semiótica complexa.

Ao translinguajar, falantes levam a cabo suas intenções comunicativas, utilizando recursos de seus repertórios linguísticos e a compreensão política e histórica de que têm de seus mundos bilíngues. Os recursos linguísticos e semióticos permitem que os sujeitos concretizem ações que são de importância pessoal e coletiva, em um mundo onde o fluxo e o hibridismo de culturas e de línguas são a norma (LUCENA, 2021, p. 30).

## **2.18 Contacto do Português com as Línguas Bantu de Angola**

Em Angola, em muitas regiões e muitos contextos existem casos de multilinguismo,

em consequência da distribuição linguística das várias línguas nacionais, do contacto entre estas línguas e do contacto destas línguas com o Português.

Depois de vários séculos de convivência linguística, entre o Português e as línguas nacionais, hoje, o Português em Angola transformou-se numa “língua nova”, com sotaque próprio, diferente do de Portugal e do Brasil; recorre constantemente a unidades lexicais e a expressões do Kimbundu e de outras Línguas angolanas, sobretudo quando quer expressar factos ou realidades socioculturais que o Português não possui e, às vezes, em determinados tipos de discursos, quando quer produzir efeitos estilísticos, dando ênfase a determinada expressão.

Fazendo uma curta estada em Luanda, por exemplo, e falando com os seus habitantes, pode observar-se a “nova língua”, repleta de unidades lexicais que talvez ocasionariam mal entendidos em outros sítios, sobretudo em Portugal.

Segundo Júlia Talaia, uma cronista do Jornal de Angola,

“Pelas ruas da nossa cidade e noutros meios restritos, ouvem-se palavras que, de um modo ou de outro, para quem não estiver atento às circunstâncias em que ocorre o processo de comunicação, dificultam a descodificação da mensagem...”.

Por exemplo, o termo “velho”, em Portugal, não seria o mais indicado para designar alguém com mais idade do que nós. Nesse contexto, “ser velho” teria uma carga pejorativa; é sinónimo de desvalido, ultrapassado e caduco.

Em Angola porém, a velhice é motivo de respeito. Um “mais velho”= “kota”, “seculo”, é alvo de grande respeito por parte dos mais jovens. O “kota”, o “seculo”, é uma pessoa cuja experiência de vida tem muito para ensinar; no contexto social, “o velho” ou “o mais velho” constitui uma biblioteca viva. Por isso, ele deve ser respeitado pela camada mais jovem. O mesmo ocorre com certas unidades lexicais como: avô, tio(a), pai, mãe, que, no Português Europeu, não têm a mesma significação que no Português em Angola. Estas unidades levariam a dificuldades de compreensão ou mesmo, a sentimentos de ofensa, por parte de locutor que desconhecem a sua significação em contexto angolano.

Salientámos o facto de que, no Português em Angola (PA), toda a pessoa adulta, mesmo desconhecida, é avô, tio(a), pai, mãe, julgando-a sempre pela idade que aparenta. É assim designada pelo respeito que se tem por essa pessoa. Por outro lado, constitui a forma mais

carinhosa com que nos dirigimos a essa pessoa. São formas de tratamento que fazem parte da nossa cultura social como angolanos.

Referindo-nos a estas unidades, queremos sublinhar, indirectamente, outras que comportam características idênticas no PA, sobretudo as provenientes das línguas nacionais.

Vivendo no meio angolano, podemos constatar que o uso de unidades lexicais dessas línguas, no PA, não se limita ao Kimbundu, mas estende-se a outras LNs, principalmente, ao Umbundu, Kikongo e Cokwe, embora estas últimas, numa escala mais reduzida.

A inclusão de algumas dessas unidades lexicais no Português, de uma forma espontânea, torna esta variante mais suave e, quiçá, mais carinhosa, podendo fazer-se a sua identificação, sem dificuldade, em qualquer parte que o falante angolano se encontre. Pensamos tratar-se de uma interpenetração linguístico-cultural.

Em relação à questão, Manuel Martins (1958: 120) diz:

“Nas quatro partes do mundo, onde exercemos influência cultural, ficou indelevelmente marcada nos falares nativos a presença da língua portuguesa...”.

A influência das línguas nacionais no Português de Angola, e vice-versa, faz-se sentir a vários níveis da vida social angolana, desde a antroponímia, à toponímia, passando pela gastronomia e muitos outros aspectos socioculturais. Referindo-se à influência do Português nas línguas nativas, o mesmo autor afirma:

“Muitas dezenas, se não centenas de vocábulos, sem dúvida alguma derivados do português, foram aceites e adaptados à fonética e a morfologia do quicongo e passaram a fazer parte integrante da língua, mormente nos domínios da vida material, da antroponímia e da vida religiosa” (1958: 120).

Como dissemos, os angolanismos, isto é, os empréstimos lexicais provenientes das LNs, no PA, são variados e provêm de diversas línguas faladas em Angola, com predominância do Kimbundu e “afectam” os mais variados níveis sociais. O costume lançado com a adesão à fé cristã, pouco a pouco, foi-se estendendo aos não cristãos.

Tal como acontece com os vocábulos religiosos, a adopção de antropónimos portugueses sofreu também alterações, adaptando-se, em algumas circunstâncias, à fonética kikongo, de tal forma que, em alguns casos, chega a confundir-se com os nomes tradicionais dessa língua.

Num contacto de línguas e culturas, embora a influência seja feita a nível de zona, tal fenómeno não é limitado. Existe sempre a possibilidade de propagação por vários meios. Aliás, Manuel Martins (1958: 124), referindo-se a este facto, diz:

Pelo contacto directo nos centros principais, quer missionário quer comercial, e sobretudo pela propagação feita à distância pelas caravanas dos fumantes, pumbeiros e aviados que penetravam pelos sertões dentro, foi-se alargando cada vez mais a influência do português nas línguas locais”.

Em Angola, quase todos os nomes tradicionais têm um significado e estes são postos em harmonia com certas circunstâncias ocorridas antes, durante ou depois do nascimento da criança. Tais circunstâncias têm a ver com a família ou até com a sociedade em que a criança nasce e vive.

Na cultura africana, em geral, e em Angola, em particular, o nome tradicional que se atribui à criança, vai moldá-la ao longo da sua educação.

É de referir que, a título de exemplo, na idade média e clássica, se usou muito o título de Dom. Segundo a grafia portuguesa, este título era, normalmente, separado do nome próprio, o que não acontece na adaptação à Língua Kikongo.

Tal como em Portugal, na sociedade kikongo, esses nomes aglutinados eram, inicialmente, reservados às famílias ligadas à soberania, hoje denominadas “autoridades tradicionais” (sobas). O cidadão comum podia utilizar um outro nome de origem portuguesa, também africanizado, muitas vezes, na oralidade.

Neste contexto, encontramos, entre muitos, alguns antropónimos que incluem os masculinos e femininos:

**Quadro nº 01** – Alguns Nomes Próprios em Português e LN (s)

<b>Antropónimo</b>	<b>Língua Nativa</b>	<b>Português</b>
Bafe/ Mbaxi	Kikongo/ Kimbundu	Sebastião

Lumingu	Umbundu	Domingos
Ndjepele		Isabel
Madiya/ Madya	Kikongo/ Kimbundu	Maria
Matesu	Kikongo/ Kimbundu	Mateus
Mbele	Kikongo	Abel

**Fonte:** (Autor, 2023)

Este assunto será retomado no capítulo sobre a contribuição dos antropónimos das línguas nacionais, no Português em Angola.

## 2.19 Os falantes do Português

(nos anos 30 era possível encontrar em Angola crianças cuja língua primeira era o Português. Já antes da independência, num estudo feito na época, verificou-se que, em Luanda, o número de falantes monolíngues Kimbundu tinha diminuído, favorecendo assim a súbita da percentagem de falantes bilingues Kimbundu/ Português. AMÉLIA MINGAS CF. 2000, p. 52),

## 2.20 Lexicologia e Lexicografia

A Lexicologia, como ciência, é o estudo científico do léxico que engloba diferentes teorias linguísticas e métodos que têm como consequência várias designações, como: descritiva, aplicada, histórica, estrutural, social, baseando-se na unidade lexical.

A Lexicologia é um dos domínios da linguística que, pela sua especificidade constitui uma disciplina autónoma com um quadro conceptual próprio e uma terminologia própria. A Lexicologia possui teorias e metodologias de análise e descrição das unidades lexicais.

O objecto de estudo da Lexicologia é o léxico nas suas diferentes estruturas. Estuda também todos os aspectos relacionados com as unidades de primeira articulação (significante e significado). Nesta perspectiva, podemos afirmar que a Lexicologia constitui uma disciplina autónoma que abrange domínios como: os fenómenos de criação lexical (lexicogénese), a

importação e formação de unidades lexicais, a etimologia, a estatística lexical, relacionando-se necessariamente com a fonologia, morfologia, sintaxe e a semântica, descrevendo os campos lexicais e semânticos e determinando as relações entre as unidades lexicais.

Foi a partir dos trabalhos realizados nos domínios da dialectologia e da linguística histórica ou comparativa que a Lexicologia descritiva se desenvolveu como uma nova disciplina; esta fase foi indispensável para a delimitação de um quadro conceptual e o surgimento de uma teoria lexicológica.

O léxico de uma língua é organizável a partir de leis estruturais, pois o léxico não é um simples aglomerado de vocábulos isolados, mas um sistema formado de unidades significativas.

As investigações sobre a estruturação lexical contribuíram para a importância da Lexicologia que ganhou um lugar dentro da Linguística e começou a definir o seu espaço conceptual enquanto disciplina.

Segundo Teresa Lino (1979: 12)

Com o desenvolvimento das teorias da sintaxe, procura-se uma definição da especificidade do léxico e a sua articulação com as suas componentes/subcomponentes do modelo linguístico. Aqui o léxico é entendido como “*partie d’une grammaire*”. As primeiras regras de organização formal e semântica do léxico são propostas pela lexicologia estrutural, (principalmente em «campos lexicais» e «campos semânticos»).

a teoria funcionalista separa o léxico da gramática, apoiando-se no pressuposto de que, a partir da informação contida no léxico, é possível prever o comportamento sintáctico dos predicados. A autora defende que na descrição das entradas lexicais não se especificam informações morfossintácticas redundantes. Tal informação pode prever-se a partir da informação armazenada no léxico. A teoria cognitivista, tal como a generativista, consideram que a sintaxe não é arbitrária, mas motivada pela semântica. A metáfora e a metonímia, estudadas por esta teoria, constituem dois importantes processos cognitivos que estão na base da extensão da semântica dos itens lexicais. (LEIRIA (2006).

Esta última perspectiva leva-nos a considerar a teoria relacionada com a aquisição do léxico. Segundo alguns autores, aprender uma palavra é muito mais do que aprender os seus significados, pois é necessário reconhecer, primeiramente, a palavra e só depois interiorizá-la. A interiorização da palavra pelo falante requer as suas colocações em diversos signos

fonológicos, semânticos, conceptuais e sintáticos, pois as palavras com poucas ligações significativas são pouco conhecidas pelos falantes, enquanto as que possuem muitas ligações significativas são também bastante conhecidas.

No seguimento desta teoria, Biderman (2001) afirma que:

No processo de aquisição da linguagem, o léxico é o domínio cuja aprendizagem jamais cessa, durante a vida toda do falante. A incorporação paulatina do léxico processa-se através de actos sucessivos de cognição da realidade e de categorização da experiência, por meio dos signos linguísticos que são os lexemas. Em estudos mais recentes, a lexicologia desenvolve-se na aproximação com a Análise do Discurso, uma vez que toda a unidade lexical é sensível a factores discursivos. Isto significa dizer que a Lexicologia tem em conta a proficiência de cada falante, no uso das unidades lexicais, aliadas a situações culturais.

A Lexicologia, hoje, é uma disciplina transdisciplinar que integra investigações em várias perspectivas, muito em especial da semântica lexical. A tarefa da Lexicologia é o estudo do léxico, das suas unidades (unidades lexicais), das suas estruturas e variantes e dos vários tipos de relações semânticas. A unidade lexical pode pertencer à língua corrente ou às línguas de especialidade. A língua corrente é constituída por um conjunto de meios de expressão à disposição dos membros de uma comunidade linguística. Tal conjunto, teoricamente definido, é constituído por elementos com características sintáticas e lexicais, utilizados por vários grupos socioculturais, (LOUIS GUILBERT CF. 1971).

Quanto à língua de especialidade, Kocourek (1991,p.20) afirma que:

A língua de especialidade será uma sublíngua dita natural...”, enriquecida de elementos branquigráficos, como as abreviaturas e idiográficos que se integram nela, conformando-se às suas dependências gramaticais.

A língua de especialidade é um subsistema linguístico que compreende o conjunto dos meios linguísticos próprios de um domínio particular do saber, como é o caso de disciplina, ciência, técnica, profissão e outras, visando sempre a não ambiguidade na comunicação. (TERESA LINO, CF. 1991, p.201)

Quanto ao léxico, entende que ele é o inventário de todas as lexias de um dado estado da língua. Podemos então entender o léxico de uma língua, genericamente, como o conjunto de todas as unidades lexicais que dela fazem parte. Neste contexto, a definição de unidade lexical pode ser difícil, pois cada falante, de qualquer idade e de qualquer estatuto, não conhece a totalidade das unidades lexicais que constituem a sua língua (GUILBERT, CF. 1971)

Mário Vilela (1994, p. 14) afirma que:

O léxico é “o subsistema da língua mais dinâmico, ...” por ser o elemento chamado, mais directamente, a configurar, a nível linguístico, a novidade. Por isso, nele se reflectem todas as mudanças, inovações políticas, económicas, sociais, culturais, científicas, etc.

Assim, ainda segundo o autor supracitado, o léxico possui três possibilidades na adaptação de novas situações que são: as mudanças semânticas, a formação de palavras e os empréstimos.

A urgência em serem satisfeitas as necessidades de comunicação e expressão dos falantes, a exigência em configurar o que de novo surge na comunidade e a necessidade de manter a sistematicidade da língua manifesta-se no léxico.

Uma língua quando não se renova está sujeita ou condenada à morte. Para que tal não aconteça, é necessária a sua inovação ao longo do tempo, inovação que contribui para a mudança e evolução da língua. Nesta óptica, Manuel Quivuna (2014: 50) afirma:

“uma língua que não se desenvolve no plano lexical, isto é, que não actualiza o seu léxico, acabará por ser uma língua de pouco interesse nacional e internacional, podendo ser considerada quase uma língua morta.”

As sociedades renovam-se e evoluem e com elas a língua em que cada

homem se expressa, dando assim a oportunidade a que essa língua se renove e evolua.

Podemos afirmar que o léxico renova-se, dando conta da evolução das sociedades e das mentalidades, respondendo, simultaneamente, às necessidades de comunicação do mundo de hoje.

## **2.21 Léxico e Vocabulário**

O léxico de uma língua pode ser definido como o conjunto de todas as unidades lexicais que dela fazem parte e, segundo Lehmann (1998: 5) “o léxico é pertença de todos os locutores”.

Para melhor nos situarmos na Lexicologia, ciência do léxico, há que distinguir dois conceitos fundamentais e essenciais: o léxico e o vocabulário.

Para Margarita Correia (2005.P. 9), o léxico é:

“o conjunto virtual de todas as palavras de uma língua [...], as neologias e as que caíram em desuso, as atestadas [...] tendo em conta os processos de construção de palavras disponíveis na língua; o vocabulário é o conjunto factual de todos os vocábulos atestados num determinado registo linguístico, isto é, o conjunto fechado de todas as palavras que ocorrem de facto nesse discurso”.

“O léxico deixou de ser um apêndice da gramática para se converter numa das componentes preferenciais da descrição linguística.”

Saussure define a língua como um conjunto de elementos interdependentes, formando um todo organizado num sistema de signos. O signo, por sua vez, retira o seu “valor” do sistema que é a língua: “L’unité porteuse de sens n’est pas le signe isolé, mais le signe à l’intérieur du système. Tout signe appartient à un ensemble (ou à plusieurs) par rapport auquel se détermine sa valeur exacte” (TERESA LINO, 1979: 14).

Léxico da língua corrente e léxicos de especialidade podem incorporar as novidades lexicais, isto é, os neologismos ou neónimos (neologismos terminológicos).

Em relação à criação de unidades lexicais, Margarita Correia (2005: 9) afirma que:

“todos os falantes do português criam palavras no seu discurso que, provavelmente, nunca tinham sido emitidas nem ouvidas, mas que o interlocutor é capaz de entender, porque recorre à sua competência linguística e ao contexto de uso para descobrir o seu significado”.

Portanto, a inovação lexical parte do indivíduo e pode restringir-se a ele ou vir a ser aceite pela comunidade, generalizando-se de uma forma mais ou menos rápida.

Seguindo esta característica das línguas, todos os dias vão surgindo unidades lexicais novas nas línguas, fruto de uma necessidade de designar novas realidades e conceitos que, no dia-a-dia, vão surgindo.

Beatriz Mendes (1985: 196) afirma:

“Cada palavra nova passa pois por duas fases: criação e colectivização. O indivíduo cria a palavra mas como age como membro da colectividade, produz-se, entre ele e outros falantes uma intercomunicação e haverá uma difusão que se dá em geral lentamente e que está sujeita a diversos factores que a retardam ou apressam dependendo de contactos e interações que a vida social proporciona”.

Tendo em conta estas afirmações é difícil e quase impossível fazer-se a actualização constante dos Dicionários de Língua em relação à quantidade de unidades lexicais novas que

surtem numa língua, todos os dias. Por isso, os dicionários contêm apenas uma parte do léxico de uma língua e não a totalidade do léxico, que é “quase” impossível descrever numa obra lexicográfica, mesmo que ela tenha as características de um “dicionário tesouro”.

Dando sequência ao conceito de criação de unidades lexicais,( CHICUNA 2009, p 3) afirma que:

“Durante a época colonial, não foram realizados estudos científicos das línguas nativas de Cabinda. Em consequência, não foram feitos trabalhos sobre a presença do léxico português nas línguas locais”.

A constatação feita pelo autor e investigador das línguas de Cabinda pode ser aplicada à Língua Umbundu uma vez que esta, tal como o Kiyombe, fazem parte do mosaico linguístico de Angola.

## 2.22 Variantes da Língua Umbundu

Os locutores da Língua Umbundu mediante as diferentes variantes que utilizam caracterizam assim cada região.

Segundo Zavoni Ntondo e João Fernandes (cF. 2002: 57) existem catorze variantes desta língua que são: Ambwi, Kacisanje, Kakonda, Lumbu, Mbalundu, Mwanya, Ndombe, Nganda, Sambu, Sele, Viye, Sumbe, Cikuma e Wambu.

Por sua vez, Vatomene Kukanda, op cit por Filipe Zau, fazendo referência a essas variantes, distribui-as por regiões. O quadro seguinte apresenta essa distribuição:

**Quadro nº 02 – Variantes da Língua Umbundu**

<b>REGIÕES</b>	<b>VARIANTES</b>
Benguela	Akwambe ou Ndombe Cisanje Hanya ou Mwanha Lumbu Nganda

Kwanza- Sul	Mbwi ou Ambwi Sele Sumbe ou Pinda
Viye/ Bié	- Viyenu
Wambu/ Huambo	Mbalundu Sambu Wambu
Wila/ Huíla	- Kakonda

**Fonte:** (Autor, 2023)

Portanto, cada uma dessas variantes, embora seja uma parte do todo, que é a Língua Umbundu, ela apresenta características que a faz diferente das outras, quer seja por aspectos fonológicos, quer por particularidades semânticas ligadas ao léxico partilhado pelas diversas variantes que compõem a mesma língua.

### **3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.**

#### **3.1 Metodologia de Investigação**

Sendo um trabalho feito sobre a Língua Nacional Umbundu, em simultaneidade com a Língua Portuguesa, como língua de referência, em relação ao método a usar, para que nos podesse conduzir à obtenção dos objectivos anteriormente traçados, recorrémos à investigação bibliográfica, nas áreas específicas da Lexicologia, Lexicografia e da Terminologia.

Outros documentos que tivemos em conta, na investigação, foram as obras literárias e uma obra científica de alguns escritores angolanos e a imprensa escrita de Angola, com o intuito de encontrarmos os Umbundismos mais usados por eles.

Tendo em mente que os escritores e os jornalistas são, normalmente, criadores de neologismos, muitas vezes, à margem do falante comum, tivemos a preocupação de testá-los junto dos falantes, através de entrevistas e/ou de uma observação directa ou indirecta, obtendo assim a certeza da extensão de uso, relativamente a estas unidades lexicais.

Do ponto de vista dos procedimentos e técnicas utilizadas, este trabalho enquadra-se numa pesquisa bibliográfica ou documental, combinada com o enfoque de estudo de caso. A fundamentação teórica, baseada na pesquisa bibliográfica, permitiu a recolha de informações relativamente aos principais conceitos teóricos explorados.

1. Métodos de nível teórico
2. Método de nível empírico

#### **3.2 Modelo de investigação**

No decurso desta pesquisa, utilizei o modelo **quantitativo – qualitativo**, onde se analisa cada situação a partir de dados d descritivos, buscando identificar relações, causas, efeitos, consequências, opiniões, significados, categorias e outros aspectos considerados necessários à compreensão da realidade estudada e que, geralmente, envolve múltiplos aspectos, onde se tem em conta os resultados numéricos, e tabelas que derivam dos inquéritos.

#### **3.3 Tipo de investigação**

Descritiva, que permitiu observar, registar, analisar os factos ou fenómenos sem manipulá-los.

### **3.4 Tratamento de dados**

Após a obtenção da informação proveniente dos questionários aplicados, o tratamento dos dados foi feito com recurso ao Excel e a partir do qual foi criada uma base de dados para posterior análise através do método de estatística descritiva, apresentados em quadros e gráficos, para facilitar a sua interpretação.

#### 4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Para o enfoque da pesquisa exploratória foram realizados três inquéritos a três grupos distintos: pais e encarregados de educação, professores do ensino primário e estudantes universitários.

Estes inquéritos visavam o levantamento da situação linguística dos habitantes do Município da Caála. A condição para que o informante pudesse responder ao inquérito prendia-se com a área de residência. Da população apurada foram excluídos todos os que não residiam no município. O inquérito foi enviado em formato eletrónico e físico 30 pais e encarregados de educação, que tutelam 37 filhos, com idades compreendidas entre os 5 e os 10 anos; a 40 professores de diferentes escolas do ensino primário e do primeiro ciclo do ensino secundário, que dão aulas a um total de 875 alunos. O inquérito foi também aplicado presencialmente no Instituto Superior Politécnico da Caála a 135 alunos do 3º Ano, sendo que o universo neste ano de escolaridade corresponde a 405 estudantes. 17 foram os pais que responderam ao inquérito (56,6%), enquanto a percentagem de professores que submeteram o inquérito foi ligeiramente menor, representando 52,5% do universo visado.

**Tabela 1:** População e amostra

Pais e Encarregados de Educação	População: 30 Amostra: 17	A amostra representa 56,6% da população visada.
Professores do Ensino Primário	População: 40 Amostra: 21	A amostra representa 52,5% da população visada.
Estudante Universitários	População: 405 Amostra: 135	A amostra representa 33,3% da população visada

**Fonte:** (Autor, 2023)

O inquérito dirigido aos professores apresentava duas questões:

1. Quantos alunos tem na sua turma?
2. Fala a língua umbundu?

Quantos deles falam umbundu e podem manter uma conversa fluente de pelo menos 30 minutos, sobre qualquer tema?

As três questões visavam apurar a utilização da língua umbundu, não só entre os professores, mas também entre alunos que frequentam as escolas da Caála. Apurar o número de alunos por turma também permite aferir se, durante o período escolar, haverá lugar não só para a língua portuguesa, mas também para a língua umbundu. O último instrumento aplicado consistiu no inquérito dirigido aos estudantes do Instituto Superior Politécnico da Caála. Como já referimos o inquérito foi aplicado em versão papel a 135 estudantes deste estabelecimento de ensino. Passamos a detalhar as características da amostra: dos 135 estudantes, 98 pertencem ao sexo masculino (72,5%) e 33 ao sexo feminino (24,4%). Houve quatro alunos que não especificaram o sexo (2,9%).

**Gráfico n° 1-Distinção de amostra por sexo**



**Fonte:** (Autor, 2023)

Em relação ao inquérito dirigido aos pais foi possível averiguar que apenas quatro pais (23,4%) ensinavam algumas palavras da língua umbundu aos seus filhos. Apesar disto, apurou-se que mesmo entre os filhos dos que ensinavam aspetos da língua umbundu não havia nenhum que a utiliza-se como ferramenta de comunicação. No inquérito dirigido aos professores, foi possível constatar que apenas um fala fluentemente a língua umbundu (4,7%). Já no inquérito submetido aos alunos a percentagem de alunos que fala umbundu é de 5,5%, número bastante próximo daquele apurado no inquérito dos professores.

Como se sabe, um dos elementos ameaçadores do enfraquecimento ou desaparecimento de uma língua é a morte dos seus falantes, a aculturação e as políticas linguísticas de inibição das autoridades dominantes. Assim, o que esperar de uma língua que não tem literatura ou acervo bibliográfico digno de realce? O que esperar de uma língua que é preterida enquanto meio de comunicação entre pais e filhos? O que acontecerá quando boa parte da população que a domina desaparecer pela dialética da vida? Para já pode apontar-se o seu enfraquecimento, resultado do seu uso cada vez mais circunscrito. Se esta tendência se mantiver, com o passar do tempo, a língua umbundu pode mesmo desaparecer.

Os resultados do inquérito dirigido aos professores do ensino primário e do primeiro ciclo do ensino secundário permitiu apurar os seguintes factos:

**Tabela 2:** Resultados do inquérito realizado aos professores do ensino primário e do primeiro ciclo do ensino secundário

Número de professores que responderam ao inquérito	21
Professores falantes de umbundu	1
Alunos distribuídos pelos professores	459
Alunos que falam umbundu	51
Alunos que não falam umbundu	357
Percentagem de alunos que não fala umbundu	77,7%

**Fonte:** (Autor, 2023)

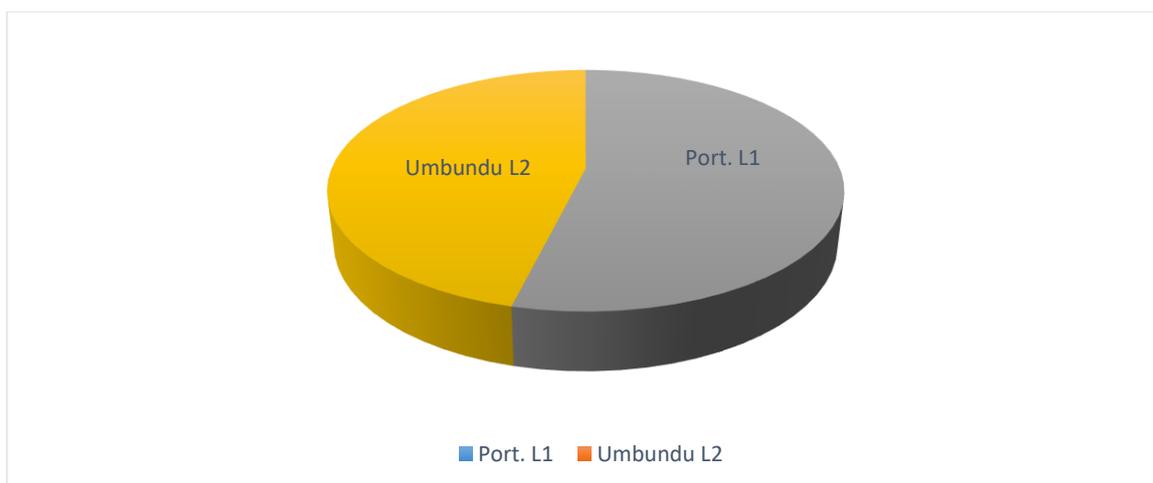
A faixa etária dos alunos tutelados pelos professores inquiridos varia entre os 6 e os 25 anos. Nos casos em que há abandono de uma das línguas, as forças sociais e políticas exercem grande pressão para o retorno ao monolinguismo.

Paradoxalmente, o sentido dos discursos políticos tende a mostrar o caminho da preservação da língua umbundu, apesar das controvérsias aludidas por Benvindo (2016) em relação à necessária implementação do ensino das Línguas Nacionais Angolanas de Origem Africana no sistema escolar. Tal facto, por si só, é positivo. Receamos, no entanto, os diferentes fenómenos ligados ao contacto linguístico, tal como apontados por Gomes (2015):

Esse tipo de contacto linguístico ocorre, muitas vezes, entre uma língua oficial e majoritária e línguas com um número relativamente baixo de falantes – línguas étnicas, línguas regionais, línguas de imigrantes, etc. Grande parte dessas línguas não possui tradição escrita e muitas ainda sequer foram descritas. Trata-se muitas vezes de populações marginalizadas, pertencentes a comunidades linguísticas frequentemente dispersas, cujas línguas possuem baixo prestígio social na sociedade mais ampla em que estão inseridas. (p.41)

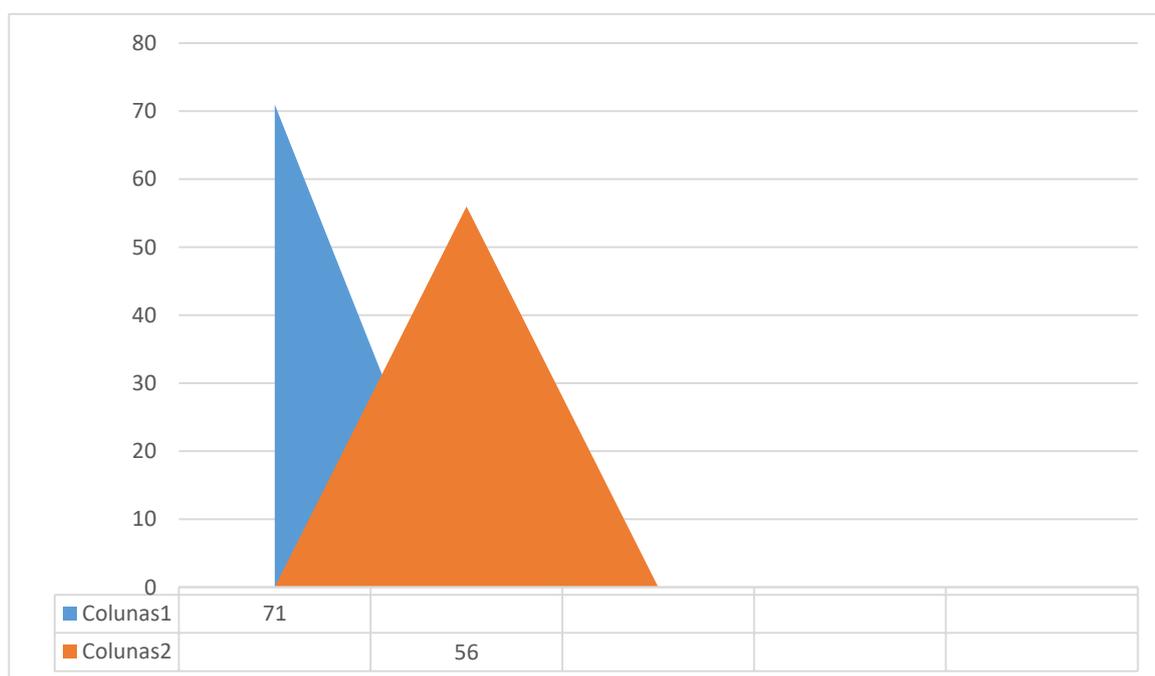
Em relação ao último inquérito aplicado, aquele submetido a 135 alunos do Instituto superior Politécnico da Caála, apurámos os seguintes dados: 102 estudantes (75.5%) possuem o português como língua materna (L1), enquanto 31 estudantes, correspondendo a uma percentagem de 22.9%, possuem a língua umbundu como sua língua materna (L1).

**Gráfico nº 2 estudantes**



**Fonte:** (Autor, 2023)

O inquérito pretendeu apurar qual a segunda língua (L2) utilizada pelos estudantes. Desta forma, foi possível verificar que nos encontramos num contexto bilingue, comum, aliás, a boa parte da população angolana. Em relação aos estudantes da instituição alvo da nossa investigação, 79 dos 135 inquiridos (58.5%) possuem uma segunda língua (L2). Destes 71 (52.59%) falam a língua umbundu, oito (5.9%) possuem o inglês como sua L2. Os restantes 56 estudantes (41.4%) não têm uma L2. O gráfico abaixo ilustra estes dados:



**Fonte:** (Autor, 2023)

## **5. PROPOSTA DE SOLUÇÃO**

A solução proposta é a criação de um Centro de Formação da Língua Umbundu, que oferecerá cursos, workshops, atividades culturais e pesquisas acadêmicas relacionadas ao idioma. O centro buscará parcerias com instituições locais e regionais para ampliar sua abrangência e envolver a comunidade de forma ativa na preservação e promoção do Umbundu. Ademais, será realizado um trabalho contínuo de sensibilização sobre a importância da língua e da cultura para combater estereótipos e preconceitos linguísticos. Elaborar um texto de apoio para fácil aprendizagem, com título Umbundu sem Mestre, também pretende-se contribuir com incentivos nas instituições familiares, de ensino religiosas para o combate deste preconceito.

Para obter rendimento e atrair investidores com a proposta de criação do Centro de Formação da Língua Umbundu, é necessário elaborar um plano sólido e estratégico que demonstre a viabilidade econômica e o potencial de retorno sobre o investimento. Aqui estão algumas estratégias para alcançar esse objetivo:

**Estudo de Viabilidade Econômica:** Realizou-se uma análise detalhada dos custos de implementação do centro, incluindo infraestrutura, pessoal, materiais educacionais e outras despesas operacionais. Paralelamente, estimamos as fontes potenciais de receita, como taxas de matrícula, mensalidades, workshops pagos, parcerias com instituições locais e doações.

**Parcerias Institucionais:** Buscaremos parcerias com instituições governamentais, organizações não governamentais e empresas locais que tenham interesse no desenvolvimento cultural e educacional da região. Essas parcerias podem proporcionar apoio financeiro e recursos adicionais para o funcionamento do centro.

**Captação de Recursos:** Além das parcerias, outras formas de captação de recursos, como solicitação de subsídios a órgãos governamentais e fundações que apoiam projetos culturais e educacionais. Organizaremos campanhas de financiamento coletivo online para envolver a comunidade e pessoas de fora que possam se identificar com a causa.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da nossa abordagem foi possível demonstrar a realidade sociolinguística do Município da Caála, assumindo uma perspectiva de contacto entre as línguas portuguesa e umbundu. A convivência entre os dois códigos, ao longo de mais de 500 anos, constituem fatores determinantes na caracterização sociolinguística da Caála. Para atingir tal propósito os inquéritos realizados a pais e encarregados de educação, a professores do ensino primário e primeiro ciclo do ensino secundário e alunos das Escolas do Município foram determinantes. A análise dos inquéritos permitiu-nos verificar que existe um risco real de o umbundu vir a desaparecer. Tal possibilidade deriva de um uso cada vez menos frequente deste código linguístico. De facto, as gerações mais novas (ou 3ª geração, como referimos na análise) têm o português como língua materna, podendo ter ainda o umbundu como língua segunda.

Para a inversão deste quadro sugerimos que, dentro da materialização dos programas de inserção das línguas angolanas no sistema de ensino, seja criado um laboratório de estudos da língua umbundu, de forma a enriquecer os seus parâmetros lexicais, semânticos, morfossintáticos. A convivência entre as línguas portuguesa e umbundu não tem de ser de dominância de uma em relação à outra, podendo as duas coexistir entre os habitantes da Caála. Porém, há necessidade de mudança ao nível das políticas linguísticas, se queremos que tal se concretize.

A implementação do Centro de Formação da Língua Umbundu é uma iniciativa que pode enfrentar desafios, como a obtenção de recursos financeiros, a criação de uma infraestrutura adequada e o envolvimento da comunidade local. No entanto, ao longo do tempo, a medida pode trazer resultados promissores. Através de avaliações periódicas, será possível analisar o impacto do centro na preservação do Umbundu, no combate ao preconceito linguístico e no fortalecimento da identidade cultural local. Também será importante monitorar a adesão dos moradores locais e o crescimento do interesse pela língua por parte das gerações mais jovens.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

(Benvindo, Lexicologia bilingue de aprendizagem contribuição para o desenvolvimento do léxico da língua portuguesa das crianças na províncias do Huambo-Angola(Tese de doutaramento FCSH), 2016) (Soares, 2014) Coelho, V. (2015). A classificação etnográfica dos povos de Angola (1.ª parte). Mulemba.

Revista Angolana de Ciências Sociais 5(9), 203-220. DOI: positive.  
[PDFDisponível em Constituição da República de Angola (2010). Imprensa Nacional. Luanda

Costa, T. M. (2015). Umbundismos no Português de Angola: Proposta de um Dicionário de Umbundismos. (Tese de doutoramento, FCSH). Disponível em [h](#)

Davidson, B. (1981). Os Africanos. Lisboa: Edições 70.

Declaração Universal dos Direitos Linguísticos [PDF] Disponível em [http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/a\\_pdf/dec\\_universal\\_direitos\\_linguisticos.pdf](http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/a_pdf/dec_universal_direitos_linguisticos.pdf)

Fonseca, D. J. (2012). As línguas nacionais e o prestigioso português em Angola.

Gomes, S. F. (2015). Línguas em extinção: Estudo de um Patois francoprovençal.

Leite, I.B. (Coord.) (2015). Línguas atuais faladas em Angola. Florianópolis: NUER.

Lopes, A. M. V.M. (2011). As línguas de Cabo Verde: uma radiografia sociolinguística.

Manuel, F. C. (2015). Aspetos do português falado em Benguela. (Dissertação de Mestrado, FLUL) Disponível em

Ntondo, J. F. Z. (2002). Angola: Povos e Línguas. Luanda: Editorial Nzila.

Sebestyén, É. (2015). A sociedade ovimbundu nos relatórios de viagens do húngaro László Magyar: Sul de Angola, meados do século XIX. Revista História: Bantu angolanos. Almanack (8). 84-103. Disponível em:

Soares, M.de C., Agostinho, M. de B. (2016). A coleção ovimbundo do museu nacional, Angola1929-193

## APÉNDICE - INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO



### DEPARTAMENTO DE ENSINO E INVESTIGAÇÃO EM HISTÓRIA

### CURSO DE LICENCIATURA EM ENSINO DE HISTÓRIA

#### INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO DO TRABALHO DE FIM DE CURSO

Estimado (a), é com grande prazer que o convidamos para fazer parte da investigação que servirá de trabalho de fim de curso de licenciatura em História.

**Tema: PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE UM CENTRO DE FORMAÇÃO DA LÍNGUA UMBUNDU NO MUNICÍPIO DA CAÁLA PARA CONTRAPOR O PRECONCEITO LINGUÍSTICO.**

---

Garantimos o sigilo da informação que nos será passado

Género \_\_\_\_\_

Idade \_\_\_\_\_

Ocupação \_\_\_\_\_

Nível académico \_\_\_\_\_

Residência \_\_\_\_\_

1-Fala a língua umbundu?

a)Sim

b) Não

2- é importante aprender a falar as nossas línguas nacionais

---

---

---

3- Na sua opinião qual é a importância da Língua umbundu? \_\_\_\_\_

---

---

---

4- Quantos deles falam umbundu e podem manter uma conversa fluente de pelo menos 30 minutos, sobre qualquer tema?

---

5- você acha que a criação de um centro de formação da língua nacional umbundu irá alavancar a cultura no Município da Caála?

---

---

---